

COLÔMBIA

Movimentos pela paz

Matheus Lobo Pismel

Rodrigo Simões Chagas

Apresentação

Por que Colômbia?

Não foi a falta de temas no Brasil que nos levou até a Colômbia para fazer nosso trabalho de conclusão do curso de Jornalismo. Os diálogos de paz entre governo e FARC e as novas plataformas amplas de esquerda, como a Marcha Patriótica, podem mudar o cenário de um país que naturalizou a violência. Talvez nenhuma outra nação latino-americana esteja vivendo um momento tão decisivo na sua história, e o Brasil não pode estar alheio a esse processo.

Ao contrário dos vizinhos de continente, a Colômbia continua imersa em um sistema neoliberal. Os últimos governos têm apostado em atrair investimentos de multinacionais para extração de recursos minerais e produção extensiva de matéria-prima para biocombustíveis, como cana-de-açúcar e palma africana. Os serviços públicos de educação e saúde estão em crise por falta de recursos. Neste país rural, metade das terras está concentrada nas mãos de 1% da população¹. Dos cerca de 47 milhões de colombianos, um terço vive na pobreza².

A guerra entre Estado e guerrilhas dura mais de meio século. Os gastos com segurança nacional representam aproximadamente 28% do orçamento do governo — só ficam atrás dos 46% destinados às despesas da dívida pública³. O contingente do exército colombiano está em torno de 445 mil oficiais e só se compara com as forças armadas brasileiras. A diferença é que o Brasil é sete vezes maior em território e quatro vezes

¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

² Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE)

³ Ministério da Fazenda e Crédito Público

mais populoso. A imagem de democracia consolidada, a mais antiga do continente, não condiz com os 180 mil civis mortos pelo conflito armado desde 1958⁴.

De todos os cantos, emergem movimentos políticos e sociais que sonham transformar o país. Querem educação e saúde públicas e gratuitas. Querem Zonas de Reserva Camponesa. Querem respeito às tradições e aos territórios ancestrais. Querem ser donos das riquezas do país. Querem participar da política em uma democracia plena. Os colombianos querem paz, mas uma paz que não se resuma em silenciar os fuzis.

Este livro é resultado de um Trabalho de Conclusão do Curso de Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Catarina, orientado pela professora Gislene Silva. Estivemos quase dois meses na Colômbia e gravamos umas 37 horas de entrevistas com políticos, professores, estudantes, camponeses, defensores de direitos humanos, especialistas no conflito colombiano, jornalistas, artistas, sindicalistas. Participamos de reuniões, encontros, protestos. Viajamos a regiões rurais ainda imersas no conflito.

Encontramos um cenário de crescimento dos movimentos sociais, no qual estudantes e camponeses, ao lado dos indígenas, são os principais protagonistas. É *este* momento que tentamos retratar em *Colômbia — movimentos pela paz*. Mas seria impossível fazê-lo sem remontar, no texto, outros momentos decisivos da história recente do país. Da mesma forma, narrar o presente implica considerar possibilidades de futuro, que são projetadas, especuladas, mas permanecem em aberto. O desfecho dos diálogos de Havana pode inaugurar um inédito período de paz; ou apenas mais um ciclo da guerra.

⁴ Centro de Memória Histórica (CMH), do governo colombiano

Para contar esta história, dividimos o livro em três partes. “Educação Pública — A faísca para o movimento social colombiano” narra a ascensão do movimento estudantil a partir da derrubada de uma proposta de reforma da educação superior, em 2011. Com grandes mobilizações de rua por todo o país e greves que chegaram a parar todas as universidades públicas, os estudantes tornaram-se exemplo de unidade na esquerda. Reacenderam o movimento social colombiano ao impor a primeira derrota política ao governo de Juan Manuel Santos.

“País Rural — Tanta terra sem gente, tanta gente sem terra” é um retrato de uma disputa que encurrala os camponeses entre latifúndios e megaprojetos do setor mineiro-energético. É também a história da resistência de pequenos agricultores que são desalojados, que plantam coca, que são perseguidos pelo exército e por paramilitares. Longe de conquistar a reforma agrária integral, o movimento camponês assumiu como principal bandeira a implementação das Zonas de Reserva Camponesas, instrumento jurídico para garantir a permanência na terra e o desenvolvimento da economia local.

Por fim, “Democracia — A mais antiga e mais sangrenta da América Latina” percorre o longo trajeto do conflito armado interno: as tentativas fracassadas de diálogo entre guerrilhas e governos, o emblemático caso do genocídio de mais de três mil militantes do partido União Patriótica, a crueldade dos grupos paramilitares — e seu envolvimento com políticos, empresários e oficiais do exército. Perseguições, ameaças e detenções arbitrárias ainda fazem parte da realidade dos movimentos sociais. Hoje, para dar fim à violência política, a esquerda aposta na construção de um movimento amplo pela paz na Colômbia.

EDUCAÇÃO PÚBLICA

A faísca para o movimento social colombiano

A primeira vitória de um movimento social no governo Juan Manuel Santos aconteceu no dia 11 de novembro de 2011, quando os universitários derrubaram a proposta de reforma da lei 30, de educação superior, depois de greve estudantil em todas as 32 universidades públicas e de manifestações com mais de um milhão de pessoas nas ruas. O projeto do governo pretendia consolidar o modelo de parceria público-privado como principal fonte de financiamento das universidades públicas, que já acumulam um déficit histórico de 11,2 trilhões de pesos (US\$ 5,6 bi). Ao barrar a proposta, os estudantes, articulados na frente unitária Mesa Ampla Nacional Estudiantil (MANE), passaram a formular uma alternativa, uma nova lei que aponta para o lado oposto: ao invés de recorrer à iniciativa privada, o Estado deve criar um novo sistema público no qual a educação seja um direito fundamental garantido a todos.

O sistema de educação superior criado pela lei 30, de 1992, delegou ao Estado apenas os custos de funcionamento e deixou a cargo das próprias instituições a responsabilidade de captar recursos para expansão e investimentos. Como consequência do artigo 86 da lei, o repasse anual do governo foi fixado “tomando como base as receitas e os gastos vigentes a partir de 1993”. Isto é, aumentando apenas de acordo com a inflação acumulada. O valor dos recursos que vêm do Ministério da Educação não leva em conta os custos de expansão das universidades desde os anos 1990. Nesse período, o número de estudantes mais que triplicou. Se, em 1993, o sistema público atendia cerca de 160 mil estudantes, hoje são aproximadamente 530 mil matriculados. “A demanda por educação superior cresceu, mas o Estado não aumentou os investimentos. Não há dinheiro para infraestrutura, a planta docente está congelada há mais de 20 anos em todas as universidades públicas”, argumenta um dos porta-vozes da MANE, Boris Duarte, mestrando em Ciência Política na Universidade Nacional de Bogotá.

Com o repasse do governo congelado, as universidades se viram obrigadas a buscar formas de autofinanciamento, através de parcerias público-privadas e de cobrança de taxas de matrícula. Dados do Ministério da Educação mostram que no ano passado o investimento total do governo foi de 2,5 trilhões de pesos colombianos (US\$ 1,3 bi), enquanto as matrículas arrecadaram outros 802 bilhões (US\$ 400 mi), valor equivalente a um terço da verba estatal. Entre 2013 e 2015, Universidade Nacional de Bogotá terá que autofinanciar 73% do seu orçamento previsto no plano de desenvolvimento da instituição.

A falta de recursos públicos fez com que os projetos de pesquisa e extensão passassem a ser condicionados pela viabilidade econômica. “Antes havia investigações conjuntas entre biólogos e agrônomos, por exemplo, sobre a fronteira agrícola e a biodiversidade das regiões. São coisas muito relevantes para a construção do país, para ajudar os camponeses. É de interesse para a sociedade colombiana. Agora o biólogo se vê obrigado a pesquisar que insetos podem danificar um cultivo de palma africana⁵. São consequências do autofinanciamento”, lamenta o porta-voz Jairo Rivera, estudante de Ciência Política da Universidade Nacional de Bogotá.

Admitindo a necessidade de corrigir o cenário criado pela lei 30, o governo apresentou, em abril de 2010, um projeto de reforma para a lei. “Mas o que vimos não era uma reforma, mas uma lei de educação diferente, tocava aspectos estruturais da educação”, explica Duarte. Para ele, o ponto mais preocupante era a abertura indiscriminada ao investimento privado com fins lucrativos, que aprofundaria a lógica de mercado do atual modelo. “Abria-se a porta da educação pública para atividades com fins de lucro como qualquer atividade

⁵ Matéria prima de biocombustíveis e de azeites. Foi introduzida na Colômbia na década de 1930 pela United Fruit Company, mas seu cultivo cresceu vertiginosamente a partir do final dos anos 1990. Produto típico de monocultivos, pode prejudicar a biodiversidade da região. A expansão das áreas de cultivo está comumente associada a casos de deslocamentos forçados de famílias camponesas.

comercial no país. Avançava rapidamente à privatização da educação superior”, considera.

Em rede nacional, por outro lado, o presidente Juan Manuel Santos declarou: “A educação pública, se quiser ser competitiva, não pode negar-se à possibilidade ter fontes de investimento privada. E isso, quero que fique bem claro, não significa privatizar, significa investir”. Ainda sobre os fins lucrativos nas universidades públicas, o presidente foi taxativo. “Na Colômbia temos de entender de uma vez por todas que não podemos nos fechar no debate perpétuo sobre se é válido ou não que o setor privado invista na educação pública”, argumentou Santos quando lançou a proposta de reforma da lei 30.

Foi a necessidade de somar forças para derrubar a proposta de reforma do presidente Santos que determinou a criação, em agosto de 2011, da maior frente de representação estudantil na história da Colômbia. A MANE reúne mais de 300 organizações, de diferentes orientações políticas, das quais cinco têm alcance nacional: Associação Colombiana de Estudantes Universitários (ACEU), Organização Colombiana de Estudantes (OCE), Federação de Estudantes Universitários (FEU), Federação Universitária Nacional (FUN-Comisiones) e Processo Nacional Identidade Estudantil. São 23 porta-vozes oficiais, eleitos em assembleias estudantis nas diferentes universidades do país.

O objetivo imediato definido na fundação da MANE foi alcançado quando, em novembro daquele ano, o governo retirou a reforma da lei 30 de tramitação. A tarefa seguinte passou a ser a elaboração de uma proposta de lei alternativa para a educação superior do país. Após um ano e meio de construção coletiva e de centenas de reuniões, a MANE aprovou o conteúdo do projeto nos dias 1, 2 e 3 de junho de 2013 na Universidade de Antioquia, em Medellín, segunda maior cidade da Colômbia. Mais de 2500 estudantes, delegados de 70 instituições de ensino superior, participaram da plenária final.

“Conseguimos fazer o que o governo não fez: garantir espaços amplos, democráticos e participativos. Recolhemos propostas de

todas as regiões do país, e não só de estudantes, professores e servidores universitários, mas também de setores sociais, de políticos, indígenas, deficientes, negros, entre outros”, assinala o porta-voz da Associação Colombiana de Estudantes Universitários (ACEU) e da MANE, Álvaro Forero, estudante de Direito da Universidade Libre de Bogotá, instituição privada.

Graças à projeção alcançada com a MANE e ao fortalecimento da articulação com outros setores, os estudantes tornaram-se referência de unidade para o movimento social colombiano. Para Duarte, a Mesa surgiu para superar uma época de dispersão. “Apesar das apostas comuns, não havia algo que nos permitisse trabalhar conjuntamente com o mesmo propósito”, analisa o porta-voz.

A última experiência de unidade nos moldes da MANE tinha sido há quarenta anos, com a Federação Universitária Nacional (FUN), abertamente relacionada a grupos armados, em particular ao Exército de Libertação Nacional (ELN). Em 1971, os estudantes paralisaram as aulas e ocuparam dezenas de universidades durante meses para exigir liberdades políticas, conselhos universitários mais democráticos e aumento do investimento estatal. “A unidade da MANE se dá pelo programa mínimo dos estudantes, que é praticamente o mesmo do movimento estudantil da década de 1970”, relaciona Duarte.

La MANE le cumple al país

Depois da construção e aprovação do projeto pelos estudantes, a MANE lançou oficialmente ao país, no dia 12 de setembro de 2013, a versão final do “Projeto de lei de educação superior para um país com soberania, democracia e paz”, na Universidade Nacional de Bogotá. O sancionamento da lei pelos estudantes aconteceu simultaneamente ao Fórum Internacional pela Dignidade Educativa, que também reuniu entidades estudantis do Chile, Argentina e Brasil. A MANE apresentou a proposta “como uma contribuição histórica para

o movimento estudantil e o movimento social colombiano e latino-americano, que requer a constante discussão e retroalimentação em cada lugar do país”. Os estudantes ainda convidaram os outros setores sociais do país para se somarem à iniciativa que consideraram uma “contribuição à mudança e transformação social do país”.

Baseado nas garantias de acesso, permanência e qualidade, o projeto alternativo defende a educação como direito básico do cidadão. De acordo com a proposta dos estudantes, é responsabilidade do Estado garantir esse direito a toda a população através de um sistema público e gratuito, financiado com a arrecadação de impostos. A MANE entende que, quando a educação é delegada à iniciativa privada, a autonomia da universidade entra em conflito com a viabilidade econômica, como no exemplo das pesquisas em biologia citado por Rivera.

Para recuperar a defasagem na infraestrutura e no corpo docente, resultante da crise de financiamento das universidades colombianas, os estudantes propõem um novo sistema de repasse de verbas. Desde 1992, apenas 40% do dinheiro necessário foi efetivamente investido no dos sistema de educação superior. Nesse período, o custo total das universidades foi estimado em 18,7 trilhões de pesos, mas as instituições dispuseram de somente 7,5 trilhões (US\$ 9,4 e 3,8 mi). Por isso o déficit acumulado de 11,2 trilhões de pesos. As informações são do estudo “Desfinanciamento da Educação Superior na Colômbia”, publicado em dezembro 2012 pelo Conselho Nacional de Reitores, ligado ao Ministério da Educação.

De acordo com o cálculo da MANE, para garantir as condições mínimas de funcionamento para o ano que vem, o repasse anual do governo teria de triplicar imediatamente, passando de 2,5 a 7,3 trilhões de pesos (US\$ 1,2 e 3,7 mi). Para dispor desses recursos, a Mesa defende uma reforma tributária progressiva, aumentando a taxação dos impostos conforme os rendimentos. Hoje, por exemplo, um bilionário colombiano paga apenas 15% de imposto sobre a renda. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina e

o Caribe (CEPAL), a carga tributária da Colômbia corresponde a 22,4% do Produto Interno Bruto (PIB). No Brasil representa 38,3% e nos países nórdicos da Europa, de acordo com números da União Europeia, mais de 45% do PIB. Além da reforma tributária, os estudantes defendem que o governo deve buscar um acordo com as guerrilhas para que os gastos com defesa sejam revertidos para a educação pública. Também propõem maior participação do Estado na exploração dos recursos naturais.

Uma das prioridades da MANE para garantir o pleno acesso ao ensino superior é a “matrícula zero”. O custo estimado para isentar os estudantes das taxas de matrícula é de 850 bilhões de pesos por ano (US\$ 420 mi), cifra que corresponde a 3% do orçamento do Ministério da Educação. Os estudantes argumentam que destinando uma mínima parte do que será arrecadado com a recém-criada Contribuição Empresarial para a Equidade⁶, seria possível substituir a receita que hoje vem da cobrança de matrículas. Eles admitem, no entanto, que a gratuidade total da universidade pública não poderá ser imediata, mas deve ocorrer gradualmente em um prazo de 10 a 15 anos.

Com a justificativa de ampliar o acesso dos estudantes de baixa renda ao ensino superior, o governo colombiano mantém um sistema de créditos educativos através de parcerias público-privadas. Os empréstimos são oferecidos pelo Instituto Colombiano de Crédito Educativo e Estudos Técnicos no Exterior (Icetex), entidade financeira pública, criada em 1950, mas que, desde 2005, também capta recursos de bancos privados. Os universitários tomam o dinheiro emprestado para arcar com as matrículas e começam a pagar as dívidas depois da formatura. A Associação Colombiana de Usuários de Empréstimos Educativos (Acupe) estima que, atualmente, cerca de

⁶ A Contribuição Empresarial para a Equidade é um imposto de 9% sobre a renda de pessoas jurídicas, criado na nova reforma tributária, que entrou em vigor no início de 2013. Se calculado com base nos números atuais, um ponto percentual desse imposto equivaleria anualmente a 1,2 trilhões de pesos (US\$ 600 mi), mais do que o valor necessário para implantar a “matrícula zero”.

26 mil estudantes não têm como pagar os créditos devido às altas taxas de juros, que podem superar 150% sobre o valor inicial do empréstimo.

Em 16 de outubro de 2013, cerca de cinquenta estudantes da MANE ocuparam o prédio do Icetex em Bogotá para exigir do presidente Santos o reconhecimento da dívida histórica do governo com as universidades e denunciar a mercantilização do ensino superior. “Encaramos o Icetex como instituição símbolo do processo de desfinanciamento e privatização da Universidade Colombiana, assim como de estímulo à educação como mercadoria como evidenciam as tendências de crédito educativo atualmente”, afirmaram os estudantes em comunicado público.

Tornar o ensino público totalmente gratuito seria um primeiro passo para corrigir um cenário alarmante. Segundo dados do Ministério da Educação, atualmente, de cada 100 estudantes que concluem o ensino médio, 30 chegam à universidade e 10 a instituições técnicas. Entre os que conseguem ingressar na universidade, somente a metade se gradua. A MANE também aposta no investimento estatal para fortalecer as universidades públicas em relação às privadas. Hoje, apenas 48% do total de estudantes matriculados no ensino superior estudam em instituições públicas.

A lei alternativa pretende formar um sistema nacional que garanta integralmente as condições de permanência estudantil, considerando as particularidades de cada universidade pública. Os índices de evasão calculados pelo Ministério da Educação chegam a 45% nas universidades públicas e de 51% nas privadas. De acordo com o Conselho Nacional de Reitores o investimento do Estado em permanência é de apenas 260 mil pesos anuais por estudante (US\$ 130).

Ainda no âmbito da permanência, o documento prevê a criação comissões de assuntos étnicos para implementar políticas institucionais como programas de ações afirmativas de comunidades afrocolombianas e indígenas. Mais do que isso, a nova lei possibilitaria a

fundação de universidades étnicas estatais, assentadas em territórios específicos e ligadas à reafirmação da cultura e dos saberes locais.

A pesquisa e a extensão universitária deverão produzir uma “contribuição ativa para a solução de problemas científicos, sociais e culturais para a transformação do contexto social” e todos os resultados serão entendidos como um bem comum da sociedade. Para isso, o Estado deverá ampliar substancialmente o financiamento público. De acordo com dados do Banco Mundial, atualmente, a Colômbia destina 0,16% do PIB à pesquisa científica, enquanto Brasil e Argentina investem respectivamente 1,16% e 0,60%.

No que diz respeito à democracia interna das universidades, a MANE propõe uma reestruturação total dos órgãos deliberativos, como os conselhos superiores, que hoje são compostos majoritariamente por membros indicados pelo governo federal. Na proposta de lei alternativa, a comunidade universitária passaria a ser maioria absoluta nesses espaços. Ao contrário do que acontece atualmente, o governo teria direito a apenas um representante sem poder de voto.

Os 65 artigos da lei também contemplam outros aspectos que merecem destaque. O ensino superior estaria automaticamente excluído de qualquer tratado de livre comércio assinado pelo país e instituições de educação superior com fins lucrativos, ainda que privadas, seriam proibidas.

Reforma de la ley 30 “¡Lo malo puede empeorar!”

A primeira grande mobilização estudantil de 2011 aconteceu no dia 7 de abril. O protesto, convocada pelas principais organizações estudantis e pela Federação Colombiana de Educadores (Fecode) e por grupos de pais e mães de estudantes, reuniu ao redor de 300 mil pessoas em todo o país, para derrubar a reforma da lei 30. Foi nesse contexto de enfrentamento com o governo que surgiu a necessidade de se organizar em uma frente unitária. “Soaram todos os alarmes. Fizemos alguns encontros emergenciais durante o ano e em

agosto fundamos a MANE aqui na Universidade Nacional”, diz o porta-voz Jairo Rivera, sobre o momento de criação da entidade, nos dias 20 e 21 de agosto daquele ano.

Dois dias depois, 23 de agosto, buscando consenso para aprovar a reforma, o governo retirou da proposta os artigos que permitiam investimento privado com fins de lucro. Nesse momento, os estudantes compraram a briga rechaçando o projeto por inteiro, na perspectiva de construção da lei alternativa através da MANE. Uma nova manifestação aconteceu duas semanas mais tarde, no dia 7 de setembro, e a greve geral começou a ser articulada. “O governo se assusta, mas segue em frente e tenta deslegitimar o movimento estudantil”, relembra o estudante.

A MANE contabiliza oito marchas somente no segundo semestre de 2011. Nenhuma delas com menos de 300 mil pessoas. “Eles radicalizaram, nós também. Houve muita repressão, tivemos um estudante assassinado e várias perseguições”, conta Rivera. Mesmo com as manifestações em todo o país e sob a ameaça de uma greve geral estudantil nas universidades colombianas, na segunda-feira, 3 de outubro, o governo começou a tramitar a proposta de lei. Na terça-feira, 20 universidades públicas haviam entrado em greve estudantil. Na quarta-feira, mais outras cinco. Na quinta-feira, todas as 32 universidades públicas do país estavam paradas. Na terça-feira seguinte, sete universidades privadas, incluindo algumas das universidades mais caras do país, haviam aderido à greve.

Ao contrário do que a MANE esperava, o governo não recuou e o congresso passou a tramitar a proposta em caráter de urgência. Dispostos a não suspender a greve até que o projeto fosse retirado, os estudantes começam a preparar outra grande mobilização para o dia 10 de novembro. “Foi muito difícil porque, no dia anterior, Santos disse que retiraria a proposta caso terminássemos a greve”, recorda Rivera. A marcha do dia 10 levou cerca de um milhão de colombianos às ruas. No dia seguinte, o governo retirou a proposta de lei e a greve terminou no dia 16 de novembro, pouco mais de sete meses da

primeira manifestação daquele ano. “Foi a primeira vitória explícita de um movimento social colombiano, de caráter nacional, no governo Santos”, completa o estudante.

Para Álvaro Forero, dirigente da ACEU, o governo não cogitava sofrer uma derrota como aquela. “Ter de ceder à pressão do movimento estudantil foi muito negativo para a imagem de um governo de ‘unidade nacional’ e que podia aprovar as leis que quisesse com 90% votos no parlamento”, avalia Forero. Mais importante ainda, para Forero, foi lembrar a população de que milhares de pessoas mobilizadas nas ruas não podem ser ignoradas pelo governo. O porta-voz da MANE Boris Duarte, do coletivo Identidade Estudantil, acredita que o caráter antidemocrático da proposta de reforma foi decisivo para a adesão da população ao movimento. “Era uma iniciativa direta do governo nacional. Ninguém foi consultado, nem os reitores, nem a Associação Colombiana de Universidades, nem sequer a base legislativa do governo”. Na avaliação de Duarte, a MANE conseguiu convencer as pessoas de que havia uma crise na educação que exigia solução imediata — uma crise acadêmica, financeira, administrativa. “E a lei que apresentavam não resolvia, mas pelo contrário, aprofundava a crise”, enfatiza.

O apoio popular também foi reflexo do esforço da MANE em inovar nas formas de mobilização. Na marcha das tochas, 3 de novembro, por exemplo, milhares de estudantes passaram pelas principais ruas de Bogotá dançando e vestindo fantasias, no que ficou conhecido como carnaval noturno. Apesar dos transtornos no trânsito, a imprensa já não criminalizava os protestos. “As manifestantes estudantis têm sido quase que um carnaval em que distribuem beijos e abraços sem maiores incidentes de ordem pública”, noticiou a revista *Semana*, a de maior circulação do país, no dia seguinte.

“Rompeamos o estigma de que os universitários são violentos e vândalos”, considera Forero. Para ele, o esforço em dialogar com diferentes públicos fez com que pessoas comuns passassem a absor-

ver não só os argumentos contra a reforma, mas também as propostas alternativas às políticas neoliberais para a educação superior.

Los estudiantes hacen la historia

No intervalo de 30 anos entre 1971 e 2011, além das divergências políticas, a repressão aos movimentos sociais foi decisiva para o recuo do setor estudantil, especialmente com o genocídio da União Patriótica (UP)⁷, entre as décadas de 1980 e 1990.

No artigo “De coquetéis molotov a *topless*; relato de marchas estudantis”, de novembro 2011, o jornalista Enrique Santos Calderón, diretor do tradicional jornal *El Tiempo*⁸ de 1999 a 2009, lembra que a agitação das décadas de 1960 e 1970 já havia começado na década anterior, quando os universitários encabeçaram a derrocada do regime militar de Rojas Pinilla em 1957. “Mas já nos anos 60, durante a Frente Nacional⁹, as bandeiras foram outras: a revolução cubana, o maoísmo, o anti-imperialismo, a guerra do Vietnam”, recorda o jornalista, irmão do atual presidente, Juan Manuel Santos.

O irmão mais velho da família Santos ainda era estudante de Filosofia e Letras quando começou a trabalhar no jornal da família, *El Tiempo*, em 1964. “A universidade colombiana vivia uma intensa agitação política, e a influente Federação Universitária Nacional

⁷ Partido político criado pelas FARC e por outras organizações de esquerda em 1985 como resultado de um acordo de paz com o governo de Belisario Betancur. A tentativa da guerrilha de ingressar na política institucional e disputar as eleições foi freada por um genocídio político. Estima-se que foram assassinados mais de três mil partidários, entre os quais, dois candidatos à presidência.

⁸ Jornal colombiano fundado em 30 de janeiro de 1911 e, atualmente, o diário de maior circulação no país. A família Santos esteve no controle do *El Tiempo* de 1913 a 2012, quando o empresário Luis Carlos Sarmiento, homem mais rico da Colômbia, comprou todas as ações do jornal. O tio-avô do atual presidente Juan Manuel Santos, Eduardo Santos Montejo, que adquiriu o jornal em 1913, também foi presidente da Colômbia entre 1938 e 1942. Já o pai de Juan Manuel, Enrique Santos Castillo, foi editor geral do jornal de 1942 até 2001, quando faleceu.

⁹ Coalizão política dos dois principais partidos da Colômbia, Liberal e Conservador, que estabeleceu o revezamento da presidência e pôs fim à ditadura do general Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957). O período da Frente Nacional durou de 1958 a 1974.

(FUN), simpatizante do recém-fundado ELN, promovia sistemáticas e ressonantes mobilizações.” Depois de se formar, Santos foi à Alemanha para cursar uma especialização em Ciência Política. Quando voltou à Colômbia, em 1969, o movimento estudantil vivia uma politização extrema. “Era a euforia revolucionária e a utopia ideológica, em busca da ‘união operária-estudantil-camponesa’ para o assalto do poder”, descreve em seu artigo o ex-editor do *El Tiempo*.

Santos relata no artigo que os grupos de esquerda disputavam entre si palavras de ordem. “‘O povo unido jamais será vencido’, gritavam alguns. ‘O povo armado jamais será esmagado’, respondiam outros”. Naquelas mobilizações, os enfrentamentos com a força pública eram comuns, e os estudantes se armavam de pedras e coquetéis molotov. São métodos que as manifestações de hoje tentam evitar. “Estas dispõem, diferente daquelas, da mais formidável arma imaginável: as redes sociais da era digital. Muito mais poderosas que o panfleto mimeografado de nossa época”, destaca o jornalista, que, em 1974, fundaria a revista *Alternativa* junto com outros repórteres, entre eles, Gabriel García Márquez.

Já no final dos anos 1970, o impacto da Doutrina de Segurança Nacional¹⁰ na América Latina guiou uma redefinição do papel das forças armadas e consolidou o enfoque militar para enfrentar as guerrilhas. A repressão, no entanto, não se limitou aos grupos armados e se estendeu aos movimentos sociais, em especial aos camponeses, sindicalistas e estudantes. Segundo o informe “Basta Já! Colômbia: memórias de guerra e dignidade”, divulgado em 2013 pelo Centro de Memória Histórica (CMH), foi naquele momento que o exército se

¹⁰ Conceito utilizado para definir as ações da política externa dos Estados Unidos (EUA) para a América Latina durante a Guerra Fria. As forças armadas dos países latino-americanos teriam se modificado para se dedicar exclusivamente a garantir a ordem interna, contra a “ameaça comunista” e as guerrilhas insurgentes. Na Escola das Américas, os militares estadunidenses treinavam oficiais de outros países, como Colômbia, Brasil, Chile, Uruguai e Argentina. Os golpes e manutenção das ditaduras militares na América Latina estão relacionadas com a Doutrina de Segurança Nacional dos EUA.

tornou o “ator chamado a desempenhar um papel de protagonista na condução dos assuntos públicos, quando a segurança se visse ameaçada pelo ‘inimigo comunista’”.

O mesmo documento informa que, como resposta à ameaça das guerrilhas e à mobilização de diversos setores organizados, o governo criou mecanismos legais de repressão, em vez de democratizar o sistema político bipartidário. Foi com o Estatuto de Segurança, de 1978, expedido durante um estado de sítio declarado pelo presidente Julio César Turbay Ayala¹¹, que os militares passaram a ter amplas faculdades para deter, investigar e julgar civis. As consequências, ainda segundo o CMH, foram “violações sistemáticas de direitos humanos e uma forte perseguição não somente aos integrantes da guerrilha, mas também aos movimentos sociais que lutavam de forma legítima por suas reivindicações”.

Em meados dos anos 1980, o acirramento do debate sobre a relação do movimento estudantil com os grupos guerrilheiros fez com que a FUN fosse dissolvida. A etapa seguinte, para Rivera, foi “uma etapa quase que morta, e não somente morte ideológica, mas também por assassinatos, que fizeram parte do genocídio da União Patriótica”. De acordo com o “Basta Já!”, nos 21 anos transcorridos entre 1970 e 1991, ano em que foi promulgada a constituição em vigor, a Colômbia viveu 206 meses sob estado de exceção, o que representa 82% do tempo.

“O extermínio de grande parte do movimento social colombiano durante os anos 1980 e 1990 teve muita incidência no movimento estudantil colombiano”, lamenta Rivera. Apenas no início dos anos 2000, os estudantes recuperaram as forças perdidas e passam a liderar a luta pelo financiamento público da educação. Isso repercutiu

¹¹ Governou a Colômbia de 1978 a 1982 pelo partido liberal. Uma das vítimas do seu controvertido Estatuto de Segurança foi o escritor Gabriel García Márquez, que solicitou asilo político no México depois de ter sido acusado de pertencer ao extinto grupo guerrilheiro Movimento 19 de Abril (M-19). Turbay Ayala se manteve ativo na vida política até o seu falecimento, em 2005, enquanto apoiava, aos 91 anos, a candidatura do ex-presidente Álvaro Uribe Vélez à reeleição.

na criação da Coordenação Nacional de Estudantes Universitários (CNEU), que durou apenas dois anos, de 2004 a 2006. Rivera lembra que a coordenação “abarcou a maioria das expressões do movimento estudantil, mas não lutas de longo prazo — apenas conjunturais”.

O fim da CNEU confirmou a necessidade de se construir uma entidade gremial com um programa unificado, ou seja, de assumir o desafio de representar a maioria dos estudantes sem perder conteúdo político. Em 2005, nasce a Federação Estudantil Universitária (FEU), com plataforma, teses e princípios orientados para “promover a unidade do movimento estudantil colombiano e sua vinculação à luta social”, segundo manifesto político da federação. “A FEU começa buscando as aspirações dos estudantes para reivindicar pautas que se articulam também às lutas políticas de transformação do país”, afirma Rivera. A partir de 2008, organizações de diversas tendências políticas começaram um processo de aproximação, que culminou na criação da MANE, em 2011. “A Mesa não nasce espontaneamente. Começamos a materializar a ideia um par de anos antes, em 2008 e 2009, quando já havíamos superado problemas de geração e tínhamos melhores condições de conversarmos entre nós”, relata Duarte, do coletivo Identidade Estudantil, criado também em 2005.

Os principais grupos estudantis convocaram, em 2009, uma série de encontros para discutir os principais problemas da educação superior. Naquele ano, os estudantes fizeram greve de um mês e pararam 24 universidades. Foi nesse período que surgiu o formato de mesas permanentes para discussão das questões estudantis em cada universidade. Em maio de 2011, o Encontro Nacional de Estudantes constituiu uma mesa nacional estudantil, como um espaço onde se encontram todas as mesas regionais.

Com a conjuntura da reforma da lei 30, as organizações estudantis transformaram essa mesa de discussões em uma entidade de articulação para gerar mobilizações, cenários de trabalho e embate político com o governo. “No momento, a MANE prioriza a unidade de ação, mas sua agenda comum trabalhará para avançar na unidade

programática e organizativa dos estudantes colombianos. Em todo caso, se ratifica que neste momento se lutará principalmente contra a lei de educação superior que está propondo o governo”, dizia o documento redigido após o evento de criação da Mesa no atual formato, nos dias 20 e 21 de agosto de 2011, que reuniu em Bogotá mais de mil estudantes representantes de entidades das 32 universidades públicas e de mais da metade das 48 universidades privadas do país.

Hoje, as maiores associações estudantis que compõem a MANE representam as principais correntes e plataformas de esquerda da Colômbia: FEU e ACEU estão ligadas à Marcha Patriótica; Identidade Estudantil ao Congreso de los Pueblos; OCE, ao Polo Democrático Alternativo (PDA). Em termos de estrutura, é uma confluência de diferentes setores, incluindo também estudantes sem ligação com qualquer grupo político. “É uma experiência de unidade de movimento que não se vê em nenhum outro setor social colombiano, seja camponês ou sindical. De alguma maneira, é uma lição que as novas gerações têm dado às velhas gerações da esquerda”, considera Duarte.

Se vienen los encapuchados

Quem entra pela primeira vez na Universidade Nacional (UN), em Bogotá, logo nota que a insurgência armada está presente no cotidiano universitário. As paredes da maior universidade da Colômbia, com 27 mil estudantes, estão cobertas por manifestações das duas maiores guerrilhas do país: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN). Depois de frequentar a UN por mais de um mês, qualquer um percebe que a clandestinidade não se limita às paredes.

O ambiente universitário está, de fato, povoado por diversas organizações clandestinas de estudantes. Nem todas são vinculadas às FARC ou ao ELN. Há também militantes independentes, como os “Estudantes UN”, que defendem bandeiras estritamente ligadas às

questões universitárias. É comum que grupos clandestinos apareçam ao menos uma vez por mês, quando divulgam comunicados e propaganda revolucionária. São chamados popularmente de *encapuchados*, porque aparecem com o corpo completamente coberto e vestindo capuzes que deixam apenas os olhos destapados. Costumam bloquear o trânsito de avenidas e não são raros os enfrentamentos com as forças de segurança pública, que costumam ser nas ruas ao redor da UN, já que a autonomia universitária, em tese, impede que a polícia e o exército façam dentro dos *campi* das universidades federais. Em outras universidades públicas, como a Distrital e a Pedagógica, ambas de Bogotá, os confrontos costumam ser mais violentos, já que as forças de segurança têm autorização para deter militantes dentro do próprio *campus*.

A relação entre universidade e insurgência armada sempre existiu. Muitos dos comandantes das FARC e do ELN foram estudantes universitários. O mais célebre deles, Alfonso Cano, assassinado em novembro de 2011, estudou Antropologia na Universidade Nacional de 1968 a 1973. No início da década seguinte, integrou-se ao exército das FARC.

“Na minha geração muitos rapazes pensavam em subir ao monte. Vários tomaram a decisão e foram”, lembra Carlos Lozano, um dos quatro porta-vozes da Marcha Patriótica e líder histórico do Partido Comunista Colombiano (PCC). Assim como Cano, ele era membro da Juventude Comunista (JUCO) durante a década de 1970. “Quase todos esses rapazes que foram para as guerrilhas, e hoje as dirigem, tanto nas FARC quanto no ELN, passaram pela JUCO”, conta Lozano.

Para Jairo Rivera, da FEU, a relação entre guerrilhas e universidade é basicamente a mesma de 50 anos atrás, apesar de a visibilidade ter diminuído, especialmente, durante o governo de Álvaro Uribe (2002 - 2010), que classificou as guerrilhas como terrorismo e intensificou os ataques militares. “Os anos 1970 eram uma época mais aberta. Havia assembleias de guerrilheiros, onde os estudantes

decidiam ali mesmo ir ao monte com eles. Mas hoje seria impensável, pelas circunstâncias. Já não é uma coisa pública, tem que ser mais clandestina”, acredita o universitário.

Duarte, do Identidade Estudantil, diz que a clandestinidade entre os estudantes é reflexo das condições sociais do país. “Para falar sobre isso tem de se pensar nas causas estruturais do conflito armado: a configuração excludente e antidemocrática do sistema político, da posse da terra e das políticas de despejo. Nas universidades, essa realidade também se evidencia. É o que move essas organizações”, explica.

“Soñar no es delito”

A proximidade histórica entre o movimento estudantil e as guerrilhas colombianas faz com que, até hoje, os estudantes tenham que lidar com o estigma de que são guerrilheiros. “Isso aconteceu com a FEU no começo. Divulgaram uns vídeos do Alfonso Cano totalmente descontextualizados que falavam da necessidade de ganhar espaço nas cidades e disseram que essa seria a prova do envolvimento da FEU com as FARC”, relata David Florez, atual porta-voz da Marcha Patriótica e um dos fundadores da FEU enquanto estudava na Universidade Nacional. Ele se lembra dos conselhos que recebia dos pais quando ingressou na faculdade de direito. “Quando se entra na Nacional, a família previne muito: ‘não vá se meter nesses grupos. São maus, guerrilheiros, te levam para as montanhas’”, conta, descontraído, Florez.

César Jeréz, líder da Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesas (Anzorc), esclarece que esse tipo de estigmatização se estende a todos os movimentos sociais. Para ele, a confusão surge quando não se distinguem as diferentes formas de luta adotadas pelas guerrilhas e pelos demais movimentos. “As guerrilhas sempre influenciaram os movimentos sociais. Tem existido uma relação e isso

não se pode negar. Uma relação política. A única diferença são as formas: uma armada e outra como movimentos”, argumenta.

A estigmatização permanente dos movimentos sociais durante o governo Uribe também atingiu os estudantes. Acumulam-se casos de ameaças, atentados e detenções a militantes. O defensor de direitos humanos Gustavo Gallardo é um dos responsáveis pela investigação da campanha “Traspasa los Muros”¹² que estima, entre prisioneiros de guerra e vítimas de montagens judiciais, ao menos 9,5 mil presos políticos, de um total de 140 mil detentos no sistema carcerário colombiano. Segundo ele, o governo dificulta o acompanhamento desses casos com a justificativa de que não existem presos políticos nas prisões Colômbia.

Ele relembra o caso do cantor Carlos Lugo e dos estudantes Camilo Escudero, Jorge Eliécer Gaitán e Omar Marín, membros da FEU, detidos no dia 2 de outubro de 2011, ao sul do país, acusados de envolvimento com as FARC. “A captura deles foi terrível, como num filme. Os militares chegaram na casa quebrando as janelas, revirando os armários e prensando eles contra o chão. Botaram a família contra a parede e os levaram para a prisão”, conta o companheiro de FEU Jairo Rivera. Em comunicado oficial, a Federação afirmou que as detenções foram produto de montagens judiciais, na tentativa de criminalizar e estigmatizar os estudantes que lutam por um modelo alternativo de educação e de país.

Desde as capturas, FEU, MANE e organizações de direitos humanos lutam pela liberdade dos presos políticos. Gaitán, Marín e Lugo, porém, não tiveram sequer seus casos julgados. Estão há mais de dois anos presos sem terem sido condenados pela Justiça. “É uma nova modalidade de detenção massiva e arbitrária, mas já um pouco

¹² Campanha pela liberdade dos prisioneiros políticos criada em 2005 como iniciativa de diferentes organizações sociais e populares, que reúne defensores de direitos humanos. Além de estudos e pesquisa, a campanha organiza mobilizações de solidariedade e articula redes de advogados populares.

mais seletiva, para desmembrar organizações sociais”, alega o defensor Gallardo.

Caso ainda mais grave e misterioso foi a morte do estudante de 19 anos Yan Farid Cheng Lugo durante manifestação em Cali, terceira cidade mais populosa da Colômbia, em 11 de outubro daquele mesmo ano. A polícia declarou que Lugo carregava “papas bomba” na mochila, que teriam explodido quando o estudante caiu de costas no chão, causando sua morte. A MANE não acredita na versão oficial e afirma que o artefato explosivo que matou o estudante foi lançado de uma ponte por um desconhecido. Para a entidade, foi um dos inúmeros casos de agentes do Estado infiltrados nos protestos, com a intenção de legitimar a repressão dos estudantes.

David Florez, dirigente da primeira geração da FEU, conta que as organizações estudantis já estão acostumadas a conviver com ameaças e estigmatização pública. “Hoje, um líder estudantil já teve facilmente 10 ou 15 ameaças, ou pelo menos algum amigo preso. Aprendemos na prática a construir estratégias de blindagem política, de acompanhamento jurídico. Essa mesma repressão foi uma escola. Também serve para politizar o movimento social”, reconhece.

Mesmo com a repressão sistemática, os estudantes não deixam de sair das salas de aula para criar a nova Colômbia, como conta David “Faca” Garzón, do coletivo Consciência Crítica. “Evidentemente o modelo educativo responde diretamente ao modelo econômico do país, que guia os interesses do governo. Mas isso não impede que existam processos de criação revolucionária”, afirma. A ideia do coletivo é pensar como os estudantes podem apoiar os outros setores sociais, especialmente nos espaços de resistência camponesa. Assim, os que estudam Medicina criaram brigadas de saúde; os futuros advogados, assessoria jurídica popular; e os alunos de Engenharia desenvolvem sistemas elétricos e hidráulicos das casas camponesas. Além do apoio com conhecimentos técnicos, outra atividade do Consciência Crítica é documentar a memória das regiões para resgatar a identidade histórica das famílias camponesas. “Mas para que

esse trabalho de campo se torne institucional, precisamos começar defendendo a universidade pública como espaço crítico e transformador”, defende Faca.

Estudante de engenharia elétrica na Universidade Nacional, Faca desenvolve um trabalho conjunto com a Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ACVC), na região do Magdalena Médio, desde 2010. O vale cercado por montanhas andinas, ao norte do país, por onde passa o rio Magdalena é uma das regiões onde mais se manifesta o conflito armado entre guerrilhas, paramilitares e governo. “De uma ou outra maneira, a gente se apaixona pela região. Um afeto muito grande não só pelas pessoas, mas também pelo trabalho organizativo e pela necessidade de seguir contribuindo”, observa.

Nos últimos anos, a retomada do movimento estudantil e a aproximação com outros setores sociais possibilitaram a criação de espaços de intercâmbio permanente. Em 2007, estudantes e camponeses encabeçaram a criação da Coordenação Nacional Agrária e Popular (CONAP), que reafirmou o compromisso de trabalho conjunto entre campo e cidade. David Florez, hoje um dos porta-vozes da Marcha Patriótica, explica que a busca por uma solução política do conflito colombiano foi o denominador comum daquela articulação. “Foi a primeira aproximação para muitos estudantes verem realmente a situação rural, o abandono estatal, a violência militar, o exército oficial contra os camponeses. Muitos foram perseguidos, levados a batalhões, coisas que realmente se vivem no campo”, relata Florez. Essa troca de experiências possibilitou o surgimento daquilo que ele chama de confiança política, que mais tarde seria fundamental para a criação de grandes frentes unitárias, como a Marcha Patriótica e o Congreso de los Pueblos.

PAÍS RURAL

Tanta terra sem gente, tanta gente sem terra

A Colômbia é um dos países do mundo com maior concentração de terras. Dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mostram que, hoje, 52% das propriedades rurais está nas mãos de 1,15% da população. Além disso, 1 a cada 10 colombianos é vítima de deslocamento forçado, isto é, tiveram que deixar suas terras para fugir da violência no campo. Na perspectiva de criar uma alternativa de desenvolvimento e de democratizar o acesso à terra, os camponeses reivindicam 10 milhões de hectares para a consolidação de um sistema de Zonas de Reserva Camponesa (ZRC), que já está regulamentado em lei desde 1994, mas ainda não saiu efetivamente do papel. “Já não podemos impor uma reforma agrária. É parecido com o Brasil: o MST é grande, mas não tem força suficiente. Por isso, defendemos as Zonas de Reserva Camponesas para garantir ao menos certos níveis de reforma”, explica César Jeréz, porta-voz da Associação Nacional das ZRC (Anzorc), que responde por 50 organizações camponesas de todo o país.

A grande maioria das terras que integrariam esse sistema de zonas de reserva são de propriedade estatal. Foram ocupadas e colonizadas por camponeses sem-terra, mas estão irregulares e continuam vulneráveis na disputa com a expansão do agronegócio. As ZRC não são propriamente um mecanismo de redistribuição de terras. São instrumentos jurídicos para que o camponês não seja despejado de sua terra devido à pressão de latifundiários ou de multinacionais do setor mineiro-energético.

O modelo, semelhante ao dos assentamentos agrários no Brasil, também poderia ser aplicado a qualquer região do território colombiano, onde seja necessário realizar um processo de ordenamento rural para proteger a economia camponesa e a pequena propriedade. “O que se quer é que se respeite o que cada um tem. Os camponeses não vão ficar com os latifúndios improdutivos, nem com as terras das grandes empresas agrárias. Mas tampouco os latifundiários vão ficar com as terras baldias que os camponeses ocuparam e converteram

em ZRC”, pondera o professor de Ciências Políticas e Sociais da Universidade Nacional de Bogotá (UN) Carlos Medina Gallego, reconhecido pesquisador do conflito agrário colombiano.

Hoje há apenas seis ZRC constituídas e reconhecidas pelo Estado, que abrangem um território somado de 893 mil hectares. “São duas fazendas grandes dos latifundiários deste país. Não é nada!”, compara Medina. O professor foi coordenador e redigiu a declaração final do Fórum de Política Integral Agrária, convocado pela ONU e pela UN, em novembro de 2012, para reunir propostas da sociedade civil à mesa de diálogos de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

A consolidação de um Sistema Nacional de ZRC, com a oficialização de cerca de 50 outras Zonas, totalizando a área de 10 milhões de hectares, ganhou evidência através daquele Fórum e chegou à mesa de diálogos em Havana como proposta das FARC. As ZRC foram tema do primeiro ponto das negociações, que discutiu desenvolvimento agrário integral e já foi finalizado. No entanto, os acordos só serão divulgados após a conclusão das negociações. Restam ainda quatro pontos e não há previsão de encerramento.

“La tierra para quien la trabaje”

A questão da terra é central nos diálogos de paz porque a Colômbia é um país essencialmente agrário. Apesar das grandes metrópoles, como a capital Bogotá, quarta maior cidade da América do Sul com seus 7,2 milhões de habitantes, mais de três quartos dos municípios colombianos são predominantemente rurais. Eles ocupam 95% do território do país, onde vive um terço da população. Os dados foram apresentados no Informe Nacional de Desenvolvimento Humano de 2011 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)¹³.

¹³ Entidade da Organização das Nações Unidas (ONU) conhecida por elaborar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e produzir relatórios e estudos sobre as

Diferentemente da abordagem utilizada pelo governo no último censo de 2005, que estabelecia a oposição entre campo e cidade, o PNUD assume a ruralidade como um contínuo: municípios mais ou menos rurais. Os responsáveis pelo Informe criaram um novo índice de ruralidade dividindo os municípios em alta ruralidade, centros intermediários e centros urbanos. Utilizando os parâmetros tradicionais, o último censo demográfico considerou 25% da população rural e 75% urbana.

Hoje, 45,5% dos colombianos vivem na pobreza, quase 20 milhões. O cenário se agrava quando olhamos apenas para os municípios de alta ruralidade, onde três quartos dos habitantes são pobres. Nos centros intermediários, a pobreza atinge a metade e, nas cidades urbanas, a um terço da população. A taxa de cobertura educativa segue a mesma lógica, alcançando 75% das pessoas nas cidades; 58% nos centros intermediários; e 27,5% nos municípios de alta ruralidade.

O coeficiente de Gini¹⁴ da Colômbia já é um dos piores do mundo em termos gerais: 0,58. O Brasil aparece com 0,52 e a Venezuela, com 0,39, por exemplo. Agora, considerando o mesmo índice para medir a concentração de terra, o número chega a alarmantes 0,85 — metade das propriedades rurais está nas mãos de um centésimo da população. Mas não é só a falta de terras que impõe condições difíceis à vida do camponês colombiano. Quem tem pequena propriedade perde a concorrência com produtores maiores e com as importações. O financiamento estatal ajuda explicar o quadro. Em

condições de vida das populações. Está presente em 166 países. Também é responsável por divulgar e estudar a evolução dos oito Objetivos do Milênio, definidos em 2000 pelos países membros da ONU. Entre eles estão a redução da pobreza e da fome, universalização do acesso à educação primária e promoção da igualdade entre os gêneros.

¹⁴ Desenvolvido pelo estatístico italiano Corrado Gini no começo do século XX, é um método para medir desigualdade. Sua aplicação mais comum é no cálculo da desigualdade na distribuição de renda. O coeficiente pode ser um número entre 0 e 1, sendo que 0 corresponde a total igualdade e 1 ao nível máximo de desigualdade. É calculado geralmente pelo Banco Mundial e pela ONU.

2012, o Fundo para Financiamento do Setor Agrário, que administra os recursos de crédito do governo para o campo, concedeu 6,5 bilhões de pesos (US\$ 3,3 mi) em créditos agrários. Destes, apenas a quarta parte foi destinada a pequenos produtores; os de médio porte receberam 30%, enquanto os grandes proprietários concentraram 45% do financiamento.

Ao analisar as políticas agrárias da Colômbia, os pesquisadores do PNUD afirmam que prevalecem os “interesses dos grupos de maior capacidade e poder da sociedade rural”. Assim, o Estado desconsidera as diferenças sociais, regionais e de grupos étnicos por considerar que “o mercado terminará por colocá-los no mesmo lugar”. Ainda segundo o Programa, entre 1990 e 2009, os gastos públicos com o setor agropecuário caíram de uma média de 0,67% para 0,27% do Produto Interno Bruto (PIB). Cortes de investimentos em pesquisa e acompanhamento técnico são as justificativas apontadas para a diminuição.

A conclusão do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é categórica: “A solução da dívida social e política com o mundo rural da Colômbia, para o qual se virou as costas por décadas, precisa de mais Estado no mercado e menos mercado no Estado”.

Apesar das recomendações da ONU, em maio de 2012, entrou em vigor um tratado de livre comércio (TLC), pactuado em 2006 entre Colômbia e Estados Unidos¹⁵. Por conta do tratado, as importações isentas de tributos de batata congelada e de leite em pó dos Estados Unidos e da União Europeia, por exemplo, diminuem a demanda interna e forçam os preços dos produtos colombianos para baixo. “Os TLCs são o tiro de misericórdia à economia camponesa. É a consolidação da política neoliberal no campo”, lamenta o líder camponês Juan Carlos Quintero, da Associação Camponesa do Cata-

¹⁵ Depois de quase dois anos de discussão entre os governos Uribe e Bush, o TLC foi pactuado em fevereiro de 2006. O Congresso colombiano ratificou o tratado em julho de 2007 e a Corte Constitucional só declarou sua validade em julho de 2008. Nos Estados Unidos, o Congresso só aprovou o TLC em 2011. Está vigente desde 15 de maio de 2012.

tumbo (Ascamcat), que busca consolidar uma Zona de Reserva Camponesa na região.

Uma das alternativas encontradas para a subsistência no campo é o cultivo de folha de coca. De acordo com o Escritório da ONU para Drogas e Crimes (Unodc), 60 mil famílias camponesas sobrevivem das plantações ilícitas, que se estendem por 48 mil hectares do país. Ao lado do Peru, a Colômbia está entre os maiores produtores de cocaína do mundo. Em 2012, a ONU estimou uma produção de 309 toneladas da droga.

Ao contrário da Bolívia e do Peru, onde a coca é uma tradição milenar da cultura inca, na Colômbia a planta é cultivada basicamente para a produção de cocaína, explica o cientista político Francisco Tolosa, professor da Universidade Nacional de Bogotá. Ele agrega que as terras férteis estão concentradas nas mãos de poucos latifundiários e até mesmo de paramilitares. Por isso, o cultivo de coca, que cresce facilmente em diferentes condições de clima e de terra, se espalhou por regiões pobres do campo colombiano. Quintero, que vive numa região cocaleira, diz que a coca é uma alternativa à pobreza. “O Estado não tem presença e os camponeses solucionam suas necessidades, muitas vezes, através dos cultivos ilícitos”, defende o camponês do Catatumbo.

Desde o ano 2000, quando entrou em vigor o Plano Colômbia¹⁶, o governo combate ostensivamente os cultivos ilícitos, com foco especial para a folha de coca, que, na época, ocupava cerca de 140 mil hectares. No ano passado, as autoridades erradicaram manualmente cerca 30 mil hectares de plantações de coca. No entanto, o principal método empregado pela força pública são as fumigações.

¹⁶ Em vigor até hoje, o acordo pactuado pelos governos dos Estados Unidos e da Colômbia faz parte da política mundial de combate ao narcotráfico do governo estadunidense, com enfoque no fortalecimento militar dos países produtores de droga. O jornal *El Tiempo* publicou, no dia 14 de fevereiro de 2012, a notícia “Ajuda dos EUA caiu 50% nos últimos cinco anos”, na qual afirma que, apesar da redução gradual do repasse anual de recursos, a previsão era de que a Colômbia receberia 332 milhões de dólares em 2013 através do Plano Colômbia.

Elas acabaram com 100 mil hectares de área cultivada só em 2012, repetindo os resultados de 2011. “Tem os cultivadores de coca, que a cultivam para ganhar recursos e alimentar seus filhos. São poucos, mas, em certa medida o prejuízo é de todos, porque a fumigação está varrendo tudo”, lamenta Wilman Gonzales, jovem camponês da região do vale do rio Magdalena, no centro do país. “São aviões que fumigam com glifosato [herbicida da multinacional Monsanto] e, então, acabam com fontes hídricas, com o meio ambiente, com bosques”, protesta o agricultor.

Os camponeses da região contam que o governo exige que as plantações legais estejam a pelo menos a quinhentos metros de distância dos cultivos ilícitos, o que segundo eles, seria desperdiçar, em alguns casos, até 60 hectares de terras que poderiam ser cultivadas. Qualquer plantação que estiver desrespeitando esse limite não tem garantia de indenização por danos de fumigação.

“O que não concordo é com as fumigações indiscriminadas. Ou seja, que eliminem a folha, a coca, sim. Mas é que começam a fumar e fumigam o que estiver pela frente. Inclusive, os venenos que caem nas pessoas queimam, fazem cair o cabelo. São venenos fortíssimos”, argumenta Gonzales, que participa da Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ACVC).

Apesar dos riscos, muitos camponeses continuam semeando a coca. O governo destrói plantações de um lado e novos cultivos surgem em outros. Prova disso é que em 2012 o governo destruiu 130 mil hectares de plantações, mas a área cultivada diminuiu somente 16 mil hectares em relação ao ano anterior. Em 2011, eram 64 mil e, em 2012, decresceram a 48 mil hectares. Nesse mesmo período, o número de famílias camponesas dedicadas ao cultivo de coca, no entanto, quase não se alterou. Passou de 62,4 para 60,6 mil famílias, uma variação de 3%.

De acordo com o Escritório da ONU para drogas e Crimes, depois de mais de dez anos do início do Plano Colômbia, a produção de cocaína no país caiu de 695 toneladas ao ano, em 2000, para 309,

em 2012. Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) houve um evidente aumento na produtividade e um avanço tecnológico no cultivo, já que no mesmo período em que produção da droga diminuiu 55%, a área plantada recuou 70%.

“Sem repartição de terras e sem política de segurança alimentar, não se pode erradicar a coca na Colômbia”, argumenta o professor Tolosa. Para ele, através das fumigações e de ofensivas militares, o Estado não vai vencer a chamada “guerra contra as drogas”.

O líder camponês Juan Carlos Quintero, do Catatumbo, questiona o tratamento dado pelo Estado aos produtores de coca e reivindica uma política pública de substituição gradual de cultivos ilícitos com saídas economicamente viáveis. Ele diz que tratar os produtores da folha como narcotraficantes é desviar a atenção do tráfico internacional e daqueles que realmente lucram com o negócio da cocaína. “Nós nos propusemos a substituir os cultivos, mas o governo nunca aceitou. Acreditamos que para chegar a isso, deve haver paz. As Zonas de Reserva Camponesa são uma aposta nesse sentido”, ressalta Quintero.

Se faltam terras para a grande maioria dos colombianos, as criações de gado do país têm espaço de sobra. Em 80% dos 39,2 milhões de hectares empregados em pastagem, há apenas uma cabeça de gado por hectare. O PNUD concluiu, ainda, que a Colômbia utiliza apenas 4,9 dos 21,5 milhões de hectares, aptos para produção agrícola, pouco mais que um quinto do total disponível.

A opção pela pecuária extensiva parece não se justificar pelos rendimentos da produção. Enquanto um hectare de produção de banana rende 30 milhões de pesos (US\$ 1,5 mil), a mesma porção de terra produzindo carne de gado ou leite rende apenas 150 mil pesos (US\$ 75), duzentas vezes menos. Os pesquisadores da ONU consideram que a especulação financeira baseada em acumular terras para “valorizá-las sem pagar impostos é um bom negócio, inclusive melhor que o da produção de carne e leite”. Também identificam razões

políticas, porque ser latifundiário “ainda gera na Colômbia bons dividendos eleitorais”.

El avance de la locomotora mineroenergética

Além dos latifúndios pecuaristas, a economia camponesa também tem de disputar território com multinacionais dos setores de exploração de minérios, hidrocarbonetos e energia. De todo o capital estrangeiro que entrou na Colômbia em 2012, 53% corresponde a investimentos no setor mineiro-energético. O mesmo setor, no primeiro semestre de 2013^{17*}, foi responsável por 72,7% das exportações do país. No entanto, apenas 16% do que é incorporado ao PIB é retido pelo Estado colombiano.

O carvão é o segundo produto mais exportado (10,5%), atrás do petróleo cru (46,3%). Na região de La Guajira, nordeste do país, região de fronteira com a Venezuela, o conglomerado de multinacionais Cerrejón extrai 32 milhões de toneladas de carvão por ano na maior mina a céu aberto da América Latina e uma das maiores do mundo. O complexo inclui porto e estradas de ferro próprios. Também no nordeste colombiano, no estado de Cesar, a estadunidense Drummond International extrai mais de 26 milhões de toneladas de carvão por ano. A produção da Cerrejón somada à da Drummond representa 70% do total nacional. A Controladoria Geral de República (CGR) demonstra que, pelo menos 40 milhões de hectares — cerca de um terço do território colombiano — estão sob interesse de exploração mineira. A área representa a soma dos títulos de exploração aprovados e solicitados, além de áreas declaradas pelo governo como estratégicas para o setor¹⁸, ou seja, que estão resguardadas e,

¹⁷ Dados retirados da página do Banco da República da Colômbia, sub-gerência de Estudos Econômicos: “Fluxos de investimento estrangeiro direto na Colômbia segundo atividade econômica”.

¹⁸ A resolução 045, expedida pela Agência Nacional de Mineração (ANM) da Colômbia em 20 de junho de 2012, estabeleceu um total de 22,3 milhões de hectares como Áreas Estratégicas Mineiras — pelo menos 16 milhões de hectares estão

no futuro, serão leiloadas para contratos temporários de exploração. As informações estão no estudo “Mineração na Colômbia: fundamentos para superar o modelo extrativista”, publicado em maio de 2013 pela CGR.

Em 2001, a Colômbia aprovou o Código de Minas que declarou a mineração como uma “atividade de utilidade pública e de interesse social”, permitindo a expropriação unilateral de terrenos que possuam riquezas minerais. A mesma lei eliminou a possibilidade de exploração direta do Estado no setor, que passou a ser realizada exclusivamente por empresas privadas. Restou ao poder público apenas a fiscalização e a regulação da atividade. A partir da aprovação do Código de Minas, o número de títulos para exploração mineira concedidos cresceu vertiginosamente. A média de concessões anuais, que não passava de 200 na década de 1990, chegou a 720 na primeira década dos anos 2000.

Até o ex-ministro de Minas e Energia, Carlos Rodado, admitiu, em 2011, os desmandos envolvendo a concessão de licenças no governo anterior. “Houve sobreposição de títulos mineiros em áreas de parques nacionais e páramos¹⁹, jogos especulativos, expedição de títulos sem controle e alguns de maneira suspeita, violação de direitos das comunidades mineiras indígenas e afrodescendentes e acumulação de títulos”, declarou o ex-ministro do governo Santos.

A Controladoria ainda denunciou que as empresas extrativistas costumam não respeitar o processo de ‘consulta prévia’²⁰ nas comu-

localizados em municípios da região amazônica, ao sul do país. Estas terras não podem ser concedidas para exploração pelo regime ordinário previsto pelo Código de Minas. A agência tem um prazo de 10 anos para abrir processos de seleção objetivos e escolher os proponentes que ofereçam as maiores vantagens para o Estado.

¹⁹Ecosistema típico das montanhas de regiões intertropicais, entre 3000 e 5000 metros de altitude. Os mais conhecidos são os da cordilheira dos Andes e estão no Equador, Colômbia, Venezuela e Peru. No entanto, também há páramos na África Oriental, Nova Guiné e Costa Rica.

²⁰Obrigação constitucional do Estado colombiano de consultar comunidades indígenas, afrodescendentes e tribais antes de tomar decisões administrativas ou legislativas que possam afetá-las.

nidades atingidas pela exploração, exigência da Corte Constitucional da Colômbia de promover um plebiscito entre os moradores para que aprovelem ou não o novo empreendimento na sua região. Além disso, a outorga de licenças ambientais não estaria considerando as leis de ordenamento ambiental e territorial. Os pesquisadores também apontaram que muitas vezes o governo altera as normas de zoneamento e proteção ambiental para abrir caminhos aos projetos mineiro-energéticos.

A comunidade da região do Catatumbo, ao nordeste do país, já se prepara para resistir à implantação da segunda maior mina de carvão a céu aberto da Colômbia. O governo local anunciou um potencial inferido de 350 milhões de toneladas de carvão para serem extraídos. O projeto pretende abrir uma mina de 71 mil hectares em uma área que abrangeria vários municípios; e chegar a 2015 com uma produção anual de 8 milhões de toneladas. “O Catatumbo é um zona altamente sensível, as comunidades já projetaram o que fazer de seus territórios. Não estamos considerando a exploração. Consideramos o exercício da economia camponesa. São posições antagônicas: a dos exploradores e a dos explorados”, acredita Quintero, da Associação Camponesa do Catatumbo (Ascamcat).

Por sua vez, o presidente Juan Manuel Santos se mostra satisfeito com a exploração mineira e os ganhos sociais que a atividade proporciona ao país. Em fevereiro de 2013, durante o segundo Congresso Anual de Mineração em Grande Escala, Santos afirmou que há muita mentira em torno da atividade, tratada como “um setor parasita, que não dá e só pede, que não contribui para a melhoria da qualidade de vida das regiões onde opera”. Para ele, a mineração não só dinamiza a economia nacional, como também gera enormes receitas com exportações e atrai importante investimento estrangeiro para o crescimento nacional. “Este setor é muito mais que isso: é o grande financiador dos programas sociais no país”, argumentou o mandatário. De fato, em 2012, as exportações mineiras do país representaram 12,3% do PIB. E do total de investimentos estrangeiros realizados,

17% foram para o setor. No entanto, a Controladoria Geral da República (CGR) constatou que a Colômbia divide com o Chile e o Peru os níveis mais baixos de participação do Estado nas rendas do setor. “Os contratos para a exploração das riquezas naturais no nosso país são preparados para saquear, são contratos leoninos, nos quais os donos das empresas transnacionais vêm à Colômbia, extraem a riqueza e levam entre 70 e 90%”, acusa Jorge Gamboa, diretor da Central Unitária dos Trabalhadores (CUT) e membro da Comissão de Direitos Humanos e Paz da União Sindical Operária (USO).

Apesar de apresentar níveis de taxas nominais dentro da média latino-americana, como o imposto de renda (33%) e os royalties (1 a 12%), quase o total dos lucros do setor mineiro-energético — incluindo petróleo — são remetidos para o exterior. Entre 2007 e 2011, a cada dólar incorporado ao PIB pelo setor, somente 16 centavos ficou na Colômbia, segundo os cálculos da CGR, com base em dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Banco Mundial.

O estudo da Controladoria ainda compara o índice da Colômbia com o de países vizinhos. No Equador e no México, o Estado fica com 89% e 77% dos ganhos de produção. A Bolívia retém 42%, o Chile 22% e o Peru apenas 13%. Para os pesquisadores, o fenômeno acontece devido a deduções, descontos e isenções, além de um precário sistema de controle que não exige das empresas informações detalhadas em suas declarações de renda.

“No caso do carvão, a única coisa que está ficando nas regiões é a contaminação”, dispara Gamboa, da CUT. De acordo com a CGR, a atividade mineira, “seja legal ou clandestina, muitas vezes se desenvolvem em ecossistemas estratégicos para a conservação ambiental, como páramos, bosques, pântanos, rios, várzeas, selvas, nascentes e aquíferos”. Do jeito como é realizada atualmente, a mineração antagoniza com a “conservação ambiental e a vida dos habitantes dos territórios, incluídas as comunidades negras, indígenas, de colonos e camponeses”, aponta o estudo.

Gamboa acredita que a falha no controle às multinacionais se estende a todos os setores de extração de riquezas naturais na Colômbia. “O sistema de exploração que trazem as transnacionais é um sistema acelerado de produção para acabar com a reserva dos países. Aqui vemos como estão acabando com as reservas de petróleo em tempo recorde”, alerta o sindicalista.

Se o atual ritmo de extração for mantido, as reservas de petróleo do país se esgotarão em cerca de seis anos, de acordo com os cálculos da Agência Nacional de Hidrocarbonetos (AGH). “Vemos que os três mil possíveis derivados que se extraem do petróleo já não são transformados aqui. Eles [estrangeiros] agregam valor e nós, através dos TLCs, somos invadidos por essa produção. Estamos dando petróleo, eles o beneficiam e nos vendem a preço internacional”, completa Gamboa.

Outra prioridade do governo, desde o começo da gestão de Álvaro Uribe (2002-2010) até hoje, é incentivar o cultivo de palma africana (dendê) e de cana-de-açúcar, utilizados na produção do biodiesel e do etanol, respectivamente. De acordo com o estudo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Colômbia destina cerca de 360 mil hectares à plantação de palma, e outros 190 mil hectares de cana. Os pesquisadores consideram que a expansão desordenada do cultivo de palma africana pode se tornar uma ameaça à segurança alimentar das regiões. Segundo eles, a monocultura de palma pode diminuir a diversidade de cultivos agrícolas que garantem a produção de alimentos. O aumento da produção, incentivado por isenções fiscais e altos preços no mercado internacional, também pode entrar em conflito com áreas de preservação e com a proteção da biodiversidade.

Há casos, como o da região do Catatumbo, em que a introdução do cultivo de palma por grandes empresários, com financiamento estatal, esteve associada à atuação de grupos paramilitares e violações de direitos dos camponeses. “O paramilitarismo é cúmplice do Exército e do Estado. É uma política do Estado colombiano, que

usou como justificativas para entrar na região a guerrilha e a coca. Mas isso não é verdade. Buscava unicamente dizimar o movimento social e garantir a segurança para a entrada de empresas multinacionais na região”, conta Quintero, líder camponês da Ascamcat.

Ingresan los “paracos”

A primeira investida paramilitar na região aconteceu no dia 21 de agosto de 1999 e ficou conhecida como massacre de La Gabarra. Quintero conta que, antes da chegada dos paramilitares, o Exército vinha promovendo ofensivas para enfraquecer o domínio das FARC no município. “Quando a guerrilha é obrigada a recuar, entram os paramilitares e acontece o massacre. O único sobrevivente²¹ desse massacre é meu sogro. Hoje, está quadriplégico. Tem um tiro de fuzil na cabeça. Não voltou a falar e não voltou a sair da cama”, relata Quintero, que acusa o Exército de ter sido conivente com a investida paramilitar. “La Gabarra, naquele momento, contava com 1000 soldados e nenhum soldado queimou um tiro para defender a sua população. Não foram defendê-los”, relembra o camponês que hoje é um dos porta-vozes da Associação Nacional das Zonas de Reserva Camponesa (Anzorc), devido ao seu trabalho com a Ascamcat.

O pesquisador e sociólogo Alfredo Molano, idealizador do modelo de Zonas de Reserva Camponesa, narra no artigo “Paramilitarismo e palma no Catatumbo”, a história da chegada dos paramilitares à região naquela época de conflito armado intenso entre as FARC e o Exército. Após esse massacre, conta, “vieram outros que permitiram aos paramilitares o controle total do Catatumbo”. O texto foi publicado em março de 2012 no jornal *El Espectador*, de Bogotá.

O Ministério Público colombiano, baseando-se nas confissões de Jorge Iván Laverde, um dos comandantes paramilitares do cha-

²¹ O número de vítimas do massacre variam de acordo com a fonte consultada. Segundo o CMH, no dia 21 de agosto de 1999, a incursão paramilitar naquela zona matou 32 camponeses.

mado Bloco Catatumbo, elaborou um documento no qual contabilizou quase 9 mil assassinatos como obra de paramilitares, entre 1999 e 2005. A estimativa é que 245 bilhões de pesos tenham sido gastos nessas operações. Já de acordo com a Consultoria para os Direitos Humanos e Deslocamento (Codhes), vinculada a ONU, durante aquele período, aproximadamente 40 mil pessoas tiveram que deixar suas casas por conta da violência paramilitar.

Segundo Molano, “as organizações populares ficaram destróçadas, as relações sociais, interrompidas. As pessoas fugiam e a terra ficava exposta, os preços despencaram. As vendas e permutas se generalizaram. Os que tinham amparo paramilitar ou da força pública fizeram fortuna. A composição dos setores proprietários foi se transformando a fundo. Preparou-se assim o terreno para novos usos do solo e novas formas de posse”.

Em 2002, Cúcuta, a maior cidade da região, foi considerada a cidade mais violenta do país. Naquele mesmo ano, Carlos Castaño, um dos maiores chefes paramilitares da história do país, admitiu em entrevista para a revista de maior circulação na Colômbia, *Semana*, que 70% dos seus rendimentos provinham do Catatumbo.

Foi também em 2002, três anos depois da chegada dos paramilitares, que o primeiro projeto de cultivo palma de azeite, o “Plante”, surgiu no Catatumbo. Fomentado pelo governo nacional, o projeto era baseado na criação de alianças produtivas, modelo de associação de camponeses com grandes comerciantes ou produtores de derivados da palma, inspirado na ideia de Carlos Murgas Guerrero, quando este era ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural, em 1998.

Quintero questiona as intenções do governo nacional ao querer promover o avanço produtivo da região. “Depois de nos submeterem a semelhante matança, descobrimos que o governo, através de multinacionais, queria propor o desenvolvimento da região. Nunca antes havia falado do desenvolvimento da região. Um desenvolvimento marcado por monopólios transnacionais de agroindústria de palma

africana e de exploração de petróleo e carvão”, relembra o camponês do Catatumbo.

Hoje há 14 associações de produtores de palma no Catatumbo, em uma área aproximada de 12,5 mil hectares, que produzem 125 toneladas ao ano. A empresa Promotora Hacienda Las Flores, propriedade de Murgas, é a aliada comercial de todas elas. Isso quer dizer que detém a exclusividade no fornecimento de sementes, fertilizantes, fungicidas e no serviço de assistência técnica.

O professor Molano, em seu artigo no *El Espectador*, acrescenta que a aliada comercial também é responsável por controlar os créditos que vêm para os camponeses do Banco Agrário, do qual Murgas foi um dos criadores enquanto era ministro da agricultura. Portanto, antes de repassar o dinheiro, desconta as dívidas feitas pelos camponeses com todos os insumos adquiridos. Os contratos ainda obrigam os produtores a vender a palma produzida a um preço fixado à Promotora Hacienda Las Flores durante 25 anos. Essa produção é transformada em biodiesel pela Oleoflores, outra empresa do empresário.

Não à toa Murgas ficou conhecido na Colômbia como “czar da palma”. Ele é fundador do grupo empresarial Hacienda Las Flores, que além da Promotora homônima e da Oleoflores, reúne outras três empresas do ramo da palma africana. “Murgas poderia não ter nenhum hectare de cultivo de palma e controlar todo seu negócio, dado que goza de um verdadeiro monopólio estabelecido e garantido pelo governo”, assinala o pesquisador Molano. No entanto, só a Oleoflores planta por conta própria 44 mil hectares de palma.

Em 1999, o governo detectou compras massivas de terras concentradas na região do Catatumbo e de Montes de Maria²², outra área onde Murgas desenvolve a produção de palma em alianças comerci-

²² Região montanhosa agrícola do caribe colombiano que compreende 15 municípios. Segundo o pesquisador Alfredo Molano, entre 1997 e 2005, grupos paramilitares cometeram 56 massacres na região, que produziram o deslocamento de 20677 pessoas.

ais. Segundo a denúncia da Agência Presidencial Ação Social, a Bioagroindustrial, mais uma empresa do empresário, foi uma das compradoras de terras em massa no Catatumbo, onde chegou a pagar irrisórios 253 mil pesos por hectare (US\$ 127).

Sem fazer referência direta a empresas ou pessoas em particular, a Ação Social denunciou ameaças recebidas pelos proprietários ou ocupantes das terras “com o fim de obrigá-los a concretizar o negócio ou abandonar o terreno”. Em resposta, Murgas declarou ao jornal *El Tiempo* que sua única atuação na região é “promover a aliança entre pequenos, médios e grandes produtores”. “É isso que eu faço, eu não compro terras”, afirmou o empresário ao jornal colombiano.

O camponês Olmar Pérez, companheiro de Quintero na Ascamcat, conta que sua família teve que se deslocar por causa da perseguição dos paramilitares. “Tivemos que nos virar na região. Quando os paramilitares vinham, tínhamos que sair fugindo e, quando iam embora, voltávamos ao nosso lugar. Foi um momento de muita ansiedade e muito temor”, relata o agricultor do Catatumbo. Quando pôde voltar para casa, Pérez e sua família encontraram sua plantação destruída.

Para o dirigente sindical Jorge Gamboa, o caso do Catatumbo é um exemplo do *modus operandi* dos exércitos privados. “Aqui os paramilitares foram aqueles que despejaram as áreas para as empresas multinacionais. Eles chegam, penetram em uma região, atentam contra os indígenas, contra os camponeses, expulsam-nos, e depois vêm as multinacionais, com suas tropas de exércitos privados. Não somente com o apoio do Exército Nacional, mas de seus exércitos próprios”, denuncia Gamboa.

Durante o período de 1997 a 2010, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as ameaças diretas foram a principal motivação de deslocamentos forçados de pessoas (41% dos casos). Outros fatores são o fogo cruzado de combates entre guerrilhas e Exército (20%), massacres por paramilitares (15%)

e assassinato de algum membro da família da pessoa que se deslocou (10%). De acordo com o informe “O risco de voltar para casa”, da ONG Human Rights Watch (HRW), lançado em setembro de 2013, cerca de 4,8 milhões de colombianos, a maioria jovens de até 25 anos, vivem longe de suas terras por terem sido obrigados a fugir. Hoje a Colômbia é o país de maior população em situação de deslocamento forçado, mais de 10% dos cerca de 47 milhões de habitantes.

A estimativa do PNUD é de que 6,6 milhões de hectares tenham sido ilegalmente desapropriados ou abandonados por seus donos entre 1980 e 2010. Destes, 73% dos casos são de minifundistas ou proprietários de até 20 hectares. Com os despejos, grande parte da população camponesa desiste da vida agrária e decide se arriscar nas grandes cidades colombianas. “Isso sempre foi funcional ao modelo de desenvolvimento do país, porque este campesinato se tornou mão-de-obra barata nas cidades. Ou seja, para ‘eles’ este *status quo* não é somente normal, mas traz benefícios. Por isso que não querem resolver”, afirma César Jeréz, porta-voz da Associação Nacional de Zonas de Reservas Camponesa (Anzorc), fazendo referência aos latifundiários, grandes empresários e investidores estrangeiros.

Desde o início de seu mandato, o presidente Juan Manuel Santos reconhece a existência do conflito armado interno e a necessidade de uma solução política, ao contrário do seu antecessor, Álvaro Uribe, que apostou na ofensiva militar contra as guerrilhas. O atual diálogo de paz entre as FARC e o governo demonstra essa postura de Santos.

Depois de haver vencido as eleições, em outubro de 2010, Santos declarou que solucionar a questão da terra seria prioridade de governo. “Pagar a dívida histórica com as vítimas da violência e ressarcir aos milhões de colombianos que foram expulsos de suas terras e padeceram da violência”, prometeu em um fórum de terras convocado pela revista *Semana*, o Ministério da Agricultura e a Organização Internacional para as Migrações.

Em junho de 2011, a promessa se materializou na Lei 1448, conhecida como Lei de Vítimas e Restituição de Terras. Segundo a Human Rights Watch (HRW), a lei foi criada para começar a restituir terras despejadas e abandonadas por camponeses vítimas de violência. A ONG considera que a lei representa a iniciativa humanitária mais importante do governo Santos.

Porém, o informe “O risco de voltar para casa”, da HRW, constatou que, até junho de 2013, a Unidade de Restituição, encarregada de implementar a Lei de Vítimas, conseguiu que fossem proferidas sentenças de restituição para apenas 1% das mais de 43 mil solicitações recebidas. Até julho, somente uma família havia voltado a viver em sua terra como resultado do programa.

A HRW ainda denuncia que devido à impunidade nos casos de deslocamentos forçados e despejos, os atores mais interessados em conservar o controle das terras que obtiveram ilegalmente podem facilmente “frustrar o retorno dos ocupantes originários mediante atos de violência”. Para a ONG, os grupos herdeiros do paramilitarismo são os autores de grande parte dos ataques e ameaças contra reclamantes de terras — desde janeiro de 2012, foram contabilizados 500 casos de ameaça. E, desde 2008, a organização contabilizou 17 casos de assassinatos de reclamantes e líderes de restituição.

Para um dos quatro porta-vozes do movimento social e político Marcha Patriótica, Andrés Gil, a Lei de Vítimas é um avanço porque reconhece as vítimas do despejo, mas é muito precária em termos de alcance. “Enquanto o Congresso da República, o executivo e toda a institucionalidade colombiana se mantiverem controlados por aqueles que se beneficiaram com esse despejo, não vai haver verdadeiramente um política de vítimas”, critica o líder camponês, que, em 2010 recebeu o Prêmio Nacional de Paz por seu trabalho frente à Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ACVC).

Outra tentativa do governo Santos para resolver o conflito por terra foi a criação da Lei de Terras e Desenvolvimento Rural, que reconhece as Zonas de Reserva Camponesa. Em termos econômicos,

a lei pretende implantar lógicas de mercado no campo colombiano, admitindo o atraso acumulado no setor durante o governo Uribe. Um primeiro passo seria regularizar as terras de cerca de 40% dos proprietários rurais que hoje não têm escrituras. A partir disso, os camponeses poderiam ter acesso a financiamento privado e legalizariam sua relação com o Estado, o que inclui o pagamento de impostos, que hoje não chegam aos cofres públicos na lógica informal da economia camponesa. No Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) do governo para os anos de 2011 a 2014, as Zonas de Reserva Camponesa são apresentadas como prioridade por serem um mecanismo para “estabilizar a população próxima à fronteira agropecuária e melhorar o acesso dos camponeses ao mercado”.

Por sua vez, os líderes camponeses afirmam que os projetos do governo são uma tentativa resposta às mobilizações do setor, mas são insuficientes diante do problema no campo. Para eles, o mínimo deveria ser a consolidação a curto prazo do sistema nacional de Zonas de Reserva Camponesa. “[A questão agrária] requer mais que medidas econômicas paliativas, armadilhas institucionais que na aparência ficam bem resolvidas, mas na essência não solucionam. E a essência é a gente voltar para a terra e as políticas públicas contemplarem projetos econômicos viáveis para a comunidade camponesas”, critica Gil, da ACVC.

“Zonas de Reserva Campesina: uma aposta para a paz”

Quase vinte anos depois de sua criação, as Zonas de Reserva Camponesa (ZRC) voltaram ao centro do debate no início deste ano, quando as FARC, na mesa dos diálogos de paz, em Havana, formalizaram uma proposta que pede a destinação de 9,5 milhões de hectares para as ZRC. A guerrilha propõe a criação de 59 novas zonas de reserva nos mesmos moldes do que é atualmente garantido às comunidades indígenas e afrodescendentes²³ — com autonomia política, administrativa, econômica, social, ambiental e cultural, além de mecanismos de justiça comunitária.

Em 10 de março deste ano, a Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa (Anzorc) enviou uma carta aos negociadores da mesa de diálogos de Havana solicitando participação direta nas discussões sobre a questão agrária. Enquanto o governo negou, a guerrilha, que vinha exigindo a abertura dos diálogos para maior participação popular, endossou a solicitação da Anzorc. “Mandamos uma carta aberta, que foi o que suscitou todo este escândalo midiático, porque nós dissemos ‘vamos para Havana, queremos ir para Havana!’ e todo mundo reagiu. As FARC responderam e quando eles falam é como se falasse o diabo”, conta o porta-voz da Anzorc César Jeréz, que foi procurado pelos principais meios de comunicação da Colômbia para esclarecer a relação da associação camponesa com as FARC. “As guerrilhas, como as FARC e o ELN, sempre influenciaram os movimentos sociais. Tem existido uma relação e isso não se pode negar. Uma relação política. A única diferença são as formas: uma forma armada e uma forma de movimentos”, explica.

²³ Atualmente, existem 166 territórios reservados a comunidades afrodescendentes reconhecidos pelo Incodec, que somados abarcam a área de 5,2 milhões de hectares, segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE). As comunidades negras se localizam principalmente no litorais do Pacífico e do Caribe, além dos vales interandinos. Por sua vez, as reservas indígenas são 756 e abrangem uma área total de 31,5 milhões de hectares, em 25 dos 32 estados colombianos. Os dados são do Incodec.

A Anzorc também convidou formalmente as FARC e o governo para acompanhar as deliberações do Terceiro Encontro Nacional de Zonas de Reserva Camponesa, que aconteceu entre 22 e 23 de março de 2013 em San Vicente del Caguán, no estado de Caquetá, sul do país. A cidade ficou famosa por fazer parte da zona desmilitarizada dos diálogos de paz de Caguán, durante o governo do presidente Andrés Pastrana, entre 1999 e 2002. Além disso, San Vicente abriga a Zona de Reserva Camponesa de Pato-Balsillas, de 145 mil hectares e 7,5 mil habitantes, criada em 1998.

O Encontro Nacional de ZRC reuniu cerca de três mil e oitocentos camponeses e camponesas de todas as regiões do país. O prefeito de San Vicente del Caguán, Domingo Pérez, considera que a atual conjuntura de diálogos de paz fortalece e garante mais relevância aos eventos que discutem a questão agrária colombiana. “É o tema mais importante na aposta para resolver o conflito social e armado, que está claramente expresso em Havana”, considera Pérez.

Na abertura do encontro, estiveram presentes, além do prefeito, a diretora do Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (Incoder), Miriam Villegas, o representante do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural Andrés Bernal, e o porta-voz da Anzorc César Jeréz. Tanto a diretora do Incoder quanto o representante do ministério da Agricultura rechaçaram a possibilidade de autonomia às ZRC. Villegas reafirmou o compromisso com o fortalecimento das zonas de reserva, independentemente do que ocorra nos diálogos de Havana, “mas não no modelo proposto pelas FARC, e sim no que já existe e está previsto na lei”.

Durante seu discurso, Jeréz enfatizou que o país vive um “momento chave para a paz” e esclareceu que as propostas sobre a consolidação das ZRC não foram elaboradas pela guerrilha, mas apenas sistematizadas a partir de dezenas de fóruns populares sobre a questão agrária. Ainda recordou o prejuízo que representou o governo do ex-presidente Álvaro Uribe para os movimentos sociais e reite-

rou a importância de participação das organizações camponesas na mesa de diálogos de paz em Havana.

Depois de uma passeata até o centro de San Vicente del Caguán, a última atividade do encontro seria a entrega formal das propostas da Anzorc às partes da mesa. O governo, porém, não enviou representante para receber o documento, enquanto as FARC participaram através de um vídeo gravado. “Esperamos que a voz desse encontro — que tem toda uma transcendência política — possa ser escutada em Havana e que não somente as FARC, mas o governo nacional também assuma dentro de sua agenda o clamor de nossos camponeses e consigam materializar uma proposta concreta e uma aposta para a paz”, disse o prefeito Pérez, que também sofre com estigmatização política, por ser irmão do chefe guerrilheiro das FARC, Fidel Pérez, “El Grilo”, que atua na região de Caguán.

Na declaração política do encontro, lida por Juan Carlos Quintero, do Catatumbo, a Anzorc afirmou que o Terceiro Encontro de Zonas de Reserva Camponesa foi “uma mensagem contundente ao governo nacional, aos latifundiários, ao grande capital nacional e internacional, a quem dizemos que continuamos e continuaremos defendendo as Zonas de Reserva Camponesa, porque são uma alternativa para que por fim tenhamos um acesso seguro à terra, para que possamos permanecer nos territórios que organizamos, conservamos, para manter nossos modos de vida e preservar nossa cultura, nossa economia e nossas formas organizativas”.

Apesar da presença de um representante do Ministério da Agricultura no encontro, o chefe da pasta no governo Santos até maio deste ano, Juan Camilo Restrepo, declarou na mesma época que “criar zonas de reservas camponesas em todo o país com uma autonomia que não têm nem sequer os estados é um disparate”. Para o ex-ministro, que pediu renúncia depois de uma série de greves dos setores de cacau, batata e café, “as FARC querem dividir e converter o país em um mosaico de ‘republicuetas independentes’”, fazendo

referência aos territórios de resistência camponesa dos anos 1960, que deram origem à guerrilha.

Atualmente, existem seis ZRC formais — constituídas pelo governo entre novembro de 1997 e dezembro de 2002 —, que juntas abarcam uma área de cerca 890 mil hectares. São elas: Guaviare (469 mil ha); Pato-Balsillas, (145 mil ha); Sur de Bolívar (29 mil ha); Cabrera (44 mil ha); Pérola Amazônica — Bajo Cuembí e Comandante (22 mil ha) e Vale do Rio Cimitarra (184 mil ha).

Na região do Magdalena Medio, no centro do país, a Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ACVC) começou a reivindicar a criação de uma zona de reserva desde que foi criada, em 1996. Os camponeses da região, no entanto, só conseguiram constituí-la seis anos depois. Nesse meio tempo, grupos paramilitares deixaram centenas de mortos e forçaram o deslocamento de milhares de camponeses. Um caso emblemático é o massacre de Barrancabermeja, maior cidade da região e centro petrolífero do país. Na manhã do dia 16 de maio de 1998, cerca de 30 paramilitares das Autodefesas de Santander e sul de Cesar (Ausac) percorreram um bairro suburbano da cidade com fuzis e metralhadoras e, sem qualquer reação da força pública, sequestraram 25 pessoas. Os que resistiram à captura — sete, no total — foram assassinados no meio da rua. Dos sequestrados, foram encontrados restos mortais de cinco, em 2009; os outros 20 seguem desaparecidos. Em setembro daquele mesmo ano de 1998, o chefe da Ausac, Camilo Morantes, confessou à revista *Semana* ser o mandante do crime. Disse que o bairro do massacre "era um santuário da guerrilha" e que os mortos eram objetivos militares. Nunca foi comprovada a relação direta dos mortos, todos civis, com qualquer guerrilha da região. Um ano depois do massacre, Morantes foi assassinado por ordens de outro chefe paramilitar, Carlos Castaño, das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC).

Nos meses seguintes, muitos camponeses migraram para a região urbana de Barrancabermeja. Ainda em 1998, em outubro, após uma marcha de 10 mil camponeses, o presidente Andrés Pastrana se

comprometeu a combater os grupos paramilitares e assinou com a ACVC o compromisso de constituir uma zona de reserva camponesa. Mesmo com a promessa do presidente, grupos paramilitares continuaram atuando na região e, segundo a associação, assassinaram a 100 lideranças locais, uma média de 25 por ano. Naquele período, Barrancabermeja tornou-se uma das cidades mais violentas da Colômbia e os paramilitares circulavam e se manifestavam abertamente.

A ZRC do Vale do Rio Cimitarra foi constituída oficialmente em dezembro de 2002, com 184 mil hectares e cerca de 35 mil camponeses. Álvaro Uribe havia assumido a presidência em agosto daquele ano, eleito após o fracasso dos diálogos de paz de Caguán, valendo-se de um discurso de guerra às guerrilhas e modernização do campo. “Uribe vai dizer ‘que negociação que nada!’. Foca sua campanha em chegar ao poder para lutar contra o comunismo, porque ele e seus apoiadores dizem que o comunismo não está derrotado na Colômbia”, avalia hoje o advogado do Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos (CPDH), Jhon Jairo Gutierrez.

Os oito anos do governo Uribe foram marcados pela maior ofensiva militar do Estado contra a insurgência armada. No período, também cresceram os casos de perseguições e ameaças a civis do movimento social, judicializações e assassinatos de lideranças. As zonas de reserva de todo o país foram desativadas, porque Uribe as considerava territórios guerrilheiros. “A repressão foi tão forte que muitas organizações deixaram isso quieto. A nossa foi uma das únicas que conseguiu manter a luta pelas ZRC”, afirma César Jeréz, hoje porta-voz da Associação Nacional de Zonas de Reserva Camponesa (Anzorc).

Em setembro de 2007, foi preso Andrés Gil, o líder mais destacado da ACVC, que hoje é porta-voz da Marcha Patriótica. Apesar da falta de provas que sustentassem a acusação de vínculo com a guerrilha, o camponês ficou preso por dois anos. Após ser libertado, em 2010, Gil ganhou o Prêmio Nacional de Paz, criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O prê-

mio reconheceu a ACVC por “promover desde os anos 1990 o desenvolvimento sustentável das comunidades assentadas na Zona de Reserva Camponesa no Magdalena Medio”. Ainda segundo as Nações Unidas, o trabalho da ACVC “se baseia na defesa da vida e do território, sua vocação agrícola, a proteção do meio ambiente, a moradia digna e o acesso à saúde, educação e justiça”.

“Devido ao tamanho do esforço de Uribe para derrotar o movimento popular e a insurgência, a resistência camponesa foi quase que uma derrota estratégica para o governo. O movimento teve toda a capacidade organizativa e dinamismo político de resistir a esses dez anos da judicialização, dos falsos positivos²⁴, da estigmatização”, considera Gil, que foi um dos principais articuladores para a formação da Marcha Patriótica, em 2012. Segundo ele, “com os crimes de lesa-humanidade de Uribe vindo à tona, o movimento camponês ganha maior dinamismo, maior legitimidade e maior capacidade de organização”.

Apesar de ter sido ministro de Defesa do governo Uribe, o presidente Juan Manuel Santos apostou na solução dialogada do conflito armado. Santos também reativou, ao menos formalmente, as zonas de reserva camponesa. O jovem camponês Wilman Gonzales, da ACVC, diz que hoje o principal entrave para o desenvolvimento da ZRC do Vale do Rio Cimitarra é o cumprimento do plano de desenvolvimento sustentável, uma espécie de plano diretor das ZRC²⁵. “A área onde nos concentramos como zona de reserva está delimitada, agora o que falta é recurso para começar a investir”, afirma Gonzales.

Andrés Gil considera que, além do fortalecimento de projetos produtivos próprios, a ZRC do Vale do Rio Cimitarra representa uma

²⁴ Civis executados extrajudicialmente pelo exército, mas apresentados como guerrilheiros.

²⁵ Os planos de desenvolvimento sustentável são elaborados pelas associações camponesas em conjunto com o Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (Inco-der). Além de traçar os projetos produtivos para viabilizar a zona de reserva, são documentos nos quais estão os planos sociais, culturais e ambientais da comunidade.

vitória política de todo o movimento camponês. Para ele, o mais importante é que as zonas de reserva possibilitam a luta de reconhecimento do camponês como sujeito político e ainda podem gerar um novo dinamismo no movimento agrário.

A resistência e o reconhecimento público da ACVC, que foi a organização que reestruturou a Anzorc, certamente influenciou a pauta da questão agrária nos diálogos de paz de Havana. “O que deu relevância à ACVC foi a visibilidade pelo reconhecimento que conquistou. Mas é fruto de todas as experiências organizativas do país, que vêm desde a segunda metade de 1990 e princípios de 2000. O importante agora é que são ricas, diversas e múltiplas”, ressalta Gil.

Outra das seis ZRC constituídas está localizada no estado de Putumayo, ao sudoeste da Colômbia, na fronteira com Equador. A Zona de Reserva Camponesa da Pérola Amazônica é habitada por cerca 4,7 mil camponeses em seus 22 mil hectares. Foi criada no início de 2001, mas também perdeu o amparo estatal durante o governo de Uribe. Agricultor na região, Orlando Orias conta que, no início dos anos 2000, cerca de 850 famílias, de 32 localidades dos municípios de Bajo Cuembí e Comandante, decidiram formular um plano de desenvolvimento sustentável para a criação da zona de reserva. “Quando terminamos o plano e oficializamos a ZRC, já começou o governo Uribe, que diz que as ZRC não eram algo que deveria ser feito. Paramos por oito anos”, lembra o camponês.

Quando o presidente Juan Manuel Santos assume a presidência, o governo dá “meia luz verde” — como diz Orias — à zona de reserva, com a reativação da área. “Era uma de nossas metas conseguir a consolidação jurídica, mas a luta segue porque os governos do estado e da prefeitura nos deram as costas, não nos reconhecem”, critica o camponês. Hoje as empresas multinacionais Vetra e Amerisur exploram petróleo dentro dos limites da ZRC, desrespeitando a regulamentação jurídica, já que a comunidade não foi consultada. A Associação de Desenvolvimento Integral Sustentável Pérola Amazônica (Adispa) afirma que as empresas desarticulam a zona de reserva,

criando confusão e rivalidade entre as comunidades. Além disso, a Adispa denuncia que, devido a forte militarização para garantir segurança às companhias petrolíferas, são cometidos abusos de direitos humanos, como perseguição, ameaças e arrombamentos de moradias dos camponeses.

“A força pública nunca olhou a zona de reserva com bons olhos. Sempre foi apontada como se fosse um trabalho de inteligência, como se estivéssemos obedecendo à guerrilha. No Putumayo, a estigmatização ainda segue porque as ZRC persistem”, afirma Orias. A presença militar ainda acentua a guerra entre o exército e as FARC. “É onde nós, os camponeses, estamos no meio desse conflito. Mas seguimos lutando para melhorar nossa qualidade de vida e defender nosso território, que é o mais importante”, enfatiza o camponês de Putumayo.

No estado de Huila, ao sul de Bogotá, há seis municípios com processos organizativos que planejam ser reconhecidos como Zonas de Reserva Camponesa, segundo um dos coordenadores da Associação de Trabalhadores Camponeses do Huila (ATCH) Andrés Felipe Morales. Ele relata que a principal luta no estado é na defesa do território, tendo em vista a vulnerabilidade em que se encontram muitos camponeses diante do avanço de multinacionais de mineração e energia. “As ZRC serão protagonistas das transformações na política que vêm pela frente. Hoje, os governos e os megaprojetos se articulam contra o povo, e isso está despertando a sensibilidade necessária para promover a mudança nesse país”, acredita Morales.

Huíla é cruzado pelo rio Magdalena, o mais importante do país, com uma extensão de 1,5 mil quilômetros, que passa por 18 estados. Além de ser ainda hoje uma importante via de transporte de pessoas, produção de alimentos e escoamento de produção, o Magdalena é responsável por 70% da geração hidrelétrica da Colômbia. Ao sul do estado, nos municípios de Garzón e Gigante, a multinacional Emgesa está implementando um megaprojeto hidrelétrico chamado de El Quimbo, que prevê a construção de uma represa no rio Magda-

lena que inundaria uma área de 8,5 mil hectares. Dona de dez hidrelétricas e duas termoeletricas nos estados de Bolívar e Cundinamarca, a Emgesa faz parte de um grupo empresarial controlado pela italiana ENEL, presente em outros 40 países.

As obras do projeto hidrelétrico El Quimbo começaram em novembro de 2010 e a previsão é que sejam concluídas até 2014, com um custo estimado em 837 milhões de dólares. A Emgesa projetou El Quimbo — a primeira hidrelétrica construída por uma empresa privada no país — para atender 8% da demanda interna de energia. O sindicalista Jorge Gamboa, da Central Unitária de Trabalhadores (CUT), denuncia que a produção de El Quimbo “não vai servir para consumo interno, mas para exportar em acordos com Venezuela, Equador e outros países”.

Morales, da ATCH, avalia que a obra vai gerar um grande impacto social. “Não somente para os camponeses donos de terras, mas também para os trabalhadores de latifúndios que perderão seus empregos. Ali há toda uma configuração de trabalho rural que seria deslocada”, explica o coordenador. Para resistir à implantação da hidrelétrica, os camponeses criaram a Associação de Atingidos pelo Projeto Hidrelétrico El Quimbo (Asoquimbo), em 2008, quando a Emgesa ganhou a concessão. “O projeto vem se implementando por via da violência. Nem sequer se gerou um processo de diálogo. Diante da resistência das comunidades, a resposta foi repressão da força pública”, relata. Com o passar dos anos, além da suspensão imediata da construção da hidrelétrica, os camponeses passaram a reivindicar a criação de uma ZRC.

No outro canto do país, na região do Catatumbo, habitada por cerca de 100 mil pessoas, os camponeses também reivindicam a criação de uma zona de reserva. Entre junho e agosto deste ano, a comunidade do Catatumbo manteve uma greve geral de 54 dias, bloqueando as principais vias de acesso à região, que só terminou depois de um acordo para criar uma mesa de negociações com o governo. Du-

rante o período, as ZRC apareceram para todo o país como principal reivindicação camponesa.

O Catatumbo é um dos epicentros do conflito armado colombiano. Próximo da fronteira com a Venezuela, faz parte da rota de comércio de contrabandos. Por ali circulam principalmente insumos químicos, gasolina e alimentos, que se compram a baixos preços no país vizinho. É uma região de vastas terras produtivas, hoje com grande quantidade de plantações de coca. Também possui importantes reservas de carvão e petróleo, o que atrai interesse de grandes empresas multinacionais em desenvolver megaprojetos de exploração.

O dirigente da Associação Camponesa do Catatumbo (Ascamcat) Juan Pablo Quintero, meses antes da greve, já previa grandes protestos na sua região. “Assumimos a zona de reserva como um instrumento próprio das lutas camponesas e não como um presente que virá do Estado. Virá ao calor da luta organizada, ao calor do sangue da nossa gente nas ruas, ao calor dos anos de prisão que muitos de nós tivemos que pagar”, sinalizou o camponês, que ainda lamentou a estigmatização e perseguição às organizações camponesas. “Meus companheiros mais próximos foram judicializados. Nos acusam de ser membros da guerrilha e nos ameaçam de morte. Apesar de termos provas, gravações e apesar dos clamores que faz a comunidade, as denúncias dessas violações são retardatárias e a justiça deste país é lenta”, reclama Quintero.

Durante as negociações com o governo para pôr fim à greve, o líder da Anzorc César Jérez foi o principal representante dos camponeses. Em meio a acusações do governo de que a mobilização do Catatumbo teria infiltrados das FARC, Jérez foi novamente envolvido em um escândalo midiático, quando foi acusado de ser membro do Partido Comunista Clandestino da Colômbia, a estrutura de direção política da guerrilha. Ele nega as acusações e diz ser vítima de montagens judiciais com a intenção de deslegitimar a luta dos camponeses. “Aqui ser liderança pública de esquerda é muito perigoso.

Estamos falando com os militares, com todo mundo, botando as cartas sobre a mesa. Mas se não há acordo [em Havana] pode ser que tenhamos que ir para o Brasil... A coisa fica complicada”, avisa Jerez.

Bajo la nueva Constitución, surgen las ZRC

A lei 160 de 1994, que criou o Sistema Nacional de Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural Camponês, foi sancionada com a promessa do então presidente César Gaviria Trujillo (1990-1994) de promover a modernização do setor rural para enfrentar os desafios do mundo economicamente globalizado.

Foi essa lei que estabeleceu, no seu artigo 1º, as Zonas de Reserva Camponesa, como um mecanismo de “fomento da pequena propriedade rural, submetida às políticas de conservação do meio ambiente e os recursos naturais renováveis e os critérios de ordenamento territorial e da propriedade rural que se sinalizem”.

O governo de Gaviria, cujo programa se autodefinia como “revolução pacífica”, ficou marcado por promover a abertura econômica do país. Através da criação do Ministério de Comércio Exterior, com a lei 7 de 1991, a Colômbia abriu as portas para o investimento estrangeiro, fortalecendo o papel do setor privado nos planos de modernização da infraestrutura viária, de portos e comunicações. O primeiro ministro da pasta, entre 1991 e 1994, foi o atual presidente Juan Manuel Santos.

Também em 1991, a Colômbia ganhou uma nova Constituição, que inseriu o país dentro do chamado constitucionalismo moderno, criando uma série de direitos fundamentais e mecanismos de proteção de direitos humanos. Apesar de tratar da questão da terra e do trabalhador agrário em diversos artigos, a Constituição não reconhece a figura do camponês como sujeito de direito. A possibilidade de criação de territórios autônomos, como as ZRC, ficou restrita aos indígenas e aos afrocolombianos. A palavra “camponês” aparece

uma única vez na Carta, ainda assim utilizada como um sinônimo de trabalhador rural “É dever do Estado promover o acesso progressivo à propriedade da terra dos *trabajadores agrários*, em forma individual ou associativa, e aos serviços de educação, saúde, moradia, previdência social, recreação, crédito, comunicações, comercialização dos produtos, assistência técnica e empresarial, com o fim de melhorar a renda e a qualidade de vida dos *camponeses*”, diz o artigo 64 da Constituição, no qual a Lei 160 se baseou.

Mesmo depois da promulgação da lei 160, ainda faltava um decreto que regulamentasse as ZRC. O que só aconteceu após uma série de manifestações lideradas por produtores de coca no Magdalena Medio, Putumayo, Cauca, Guaviare e Caquetá, que exigiam que o governo nacional reconhecesse a importância das ZRC como alternativa de desenvolvimento para essas regiões marginalizadas. Em outubro de 1996, o governo promulgou o decreto 1776, que delegou ao Instituto Colombiano da Reforma Agraria (Incora) a seleção das áreas geográficas para a formar as zonas de reserva.

Incumbido de promover as Zonas de Reserva Camponesa, o Incora expediu o Acordo 024 de 1996 regulamentando o Programa Piloto de Zonas de Reserva Camponesa e a constituição de diferentes zonas no país. Das seis ZRC constituídas atualmente, três foram apoiadas pelo programa piloto, executado entre 1998 e 2003, nas zonas de Guaviare, Pato-Balsillas e Cabrera. Em 1998, o projeto contava com uma verba de 6,5 milhões de dólares, financiados pelo Banco Mundial (5 mi) e pelo governo (1,5 mi), utilizados para garantir assistência técnica, a transferência de tecnologia, a articulação com os mercados. Os pilotos também pretendiam servir de experiência de autogestão, com participação da comunidade no gerenciamento dos recursos.

A tentativa do Incora de consolidar as ZRC como estratégia de defesa territorial e desenvolvimento rural foi freada quando, em 2002, Álvaro Uribe chegou à presidência. O governo liquidou o programa piloto, cortou financiamentos e investimentos previstos, o que

significou a impossibilidade de qualquer avanço das seis ZRC constituídas ou o surgimento de novas.

Além de acabar com apoio estatal, Uribe aprovou no congresso, em 2007, o Estatuto de Desenvolvimento Rural, que ditava novas regras para o campo colombiano e praticamente extinguiu as Zonas de Reserva Camponesa. Com a nova lei, a criação de ZRC ficou restrita a terrenos desocupados e de posse da nação. Como a maioria dos processos de constituição se dão em terras já ocupadas por camponeses, com ou sem títulos de propriedade, o projeto das zonas de reserva perderia seu potencial de reforma agrária. No entanto, em 2009, o Estatuto foi declarado inconstitucional pela Corte Constitucional, que constatou a “omissão do dever estatal de consulta prévia a comunidades indígenas e grupos étnicos que podem resultar afetados²⁶”, procedimento exigido pela Constituição para aprovação desse tipo de lei. Assim, a lei 160 de 1994 voltou a vigorar e as ZRC conservaram sua regulamentação inicial.

Para o movimento camponês, o fim do governo Uribe representou uma fase de rearticulação a nível nacional. “A Anzorc havia sido criada há 12 anos, antes de Uribe, mas pela pressão, não tinha condições de se consolidar. Quando muda o governo e Santos tem que atender à pressão do movimento camponês, fazer acordos de novo e reativar o projeto das ZRC, começamos a reconstruir a Anzorc”, conta César Jeréz.

Três semanas após o presidente Juan Manuel Santos assumir o governo, em agosto de 2010, a Anzorc realizou o Primeiro Encontro Nacional de Zonas de Reserva Camponesa em Barrancabermeja. Na

²⁶ De acordo com o estudo Zonas de Reserva Camponesa: elementos introdutórios e de debate, de 2012, apesar de a lei ter sido derrubada, pela sentença C-175 de 2009, com base em argumentos relacionados ao sua tramitação, o conteúdo por si só tinha inúmeros problemas. O documento, fruto de uma parceria do Instituto Latino-americano para uma Sociedade e um Direito Alternativo (ILSA), da Universidade Nacional, com o Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (Incode), ligado ao governo, afirma que o estatuto “vulnerava os direitos dos povos indígenas e afrodescendentes, e era o marco do processo de construção de um modelo territorial rural do capital”.

época diretor do Instituto Colombiano de Desenvolvimento Rural (Incoder), Juan Manuel Ospina defendeu a figura das ZRC como uma forma de garantir a dignidade camponesa. “Temos que gerar um cenário rural onde a atividade camponesa do pequeno produtor possa se dar em plenitude, em liberdade, com segurança. Onde não se introduza o germe que acabou com tentativas de reforma neste país: a coexistência de grandes propriedades com pequenas e médias, que faz com que a grande coma a pequena”, declarou o ex-diretor no encontro.

“El diálogo es la ruta”

No ano seguinte, a Associação Camponesa do Vale do Rio Cimitarra (ACVC) convocou o Encontro Nacional de Comunidades Camponesas, Afrodescendentes e Indígenas pela Terra e pela Paz da Colômbia, que também aconteceu em Barrancabermeja. O encontro, que tinha como lema “o diálogo é o caminho”, reuniu mais de 25 mil pessoas. Uma das prioridades definidas foi a construção de assembleias constituintes regionais como “espaços de soberania popular e participação cidadã, concebidos como mecanismos de construção de paz e justiça social e pela solução política. Seu formato deve possibilitar a consideração da problemática geral do conflito e suas saídas, assim como a abordagem das respectivas especificidades regionais”.

Em 2012, a Anzorc voltou a organizar um Encontro Nacional de ZRC, na cidade de Corinto, Cauca e, na terceira edição do encontro, na cidade de San Vicente del Caguán, em 2013, lançou oficialmente a Constituinte Nacional Agrária, como parte do processo nacional das Constituintes pela Paz com Justiça Social, impulsionada pelo movimento político e social Marcha Patriótica, do qual a Anzorc é integrante. O processo, lançado em fevereiro deste ano, pretende realizar mais de cem assembleias constituintes nos 32 estados do país para acumular experiência política da sociedade civil e formular propostas para solucionar o conflito armado e social na Co-

lômbia. “Estas constituintes pretendem que o povo se expresse, participe e descubra o que é um processo constituinte, o que é a democracia; que existem direitos e que eles podem exercê-los”, afirma o ex-senador Jairo Rivera, integrante da Marcha Patriótica e coordenador nacional do movimento político Poder Ciudadano.

Uma das primeiras constituintes regionais aconteceu nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2013, em San Pablo, uma das cidades do Magdalena Medio onde está a ZRC do vale do Rio Cimitarra. Membro da ACVC, Wilman Gonzales foi um dos coordenadores. “É uma forma de visibilizar todas as anomalias que há em cada município, mas também todas as anomalias a nível nacional”, acredita. Além de lideranças comunitárias, estiveram presentes três vereadores da cidade. Os principais temas locais discutidos foram o recrutamento obrigatório do Exército, a fumigação dos cultivos ilícitos e a crise na educação básica — na época, as crianças já estavam há três meses sem aulas por falta de professores. Os “sanpablenses” ainda participaram de uma oficina sobre processos constituintes e, por fim, redigiram um documento de consensos com contribuições para a resolução do conflito social e armado.

Durante os diálogos de paz, as FARC já expressaram que a convocação de uma assembleia nacional com poder constituinte é fundamental para o êxito dos diálogos. “Queremos que a busca da paz se concretize em uma política de Estado e não em uma aspiração efêmera de um governo. Só assim não estaria sujeita a decisões caprichosas de um governo futuro que queira reverter um acordo de paz”, afirmaram em comunicado oficial no fim de janeiro de 2013. O ministro do Interior, Fernando Carrillo, porém, foi taxativo ao responder que “a constituinte não será ferramenta para a paz”, porque já é “a mais progressista da América Latina”, afirmou em coletivo de imprensa.

A Marcha Patriótica, junto com outros setores da esquerda colombiana, acredita que as recém-lançadas Constituintes pela Paz podem gerar a pressão popular necessária para fazer o governo mu-

dar de ideia. “As Constituintes chegaram para ficar, para percorrer este país, e isso terminará, necessariamente, em uma Assembleia Nacional Constituinte que dê à Colômbia uma nova Constituição”, aposta a ex-senadora e principal porta-voz da Marcha Patriótica, Piedad Córdoba, durante o evento de lançamento. “É fundamentalmente um processo de formação política. Mas, se chegarmos a uma assembleia nacional constituinte, terá sido a grande semente”, pondera Yesmil Pérez, dirigente do Poder Ciudadano.

Andrés Gil, um dos quatro porta-vozes da Marcha Patriótica, acredita que “a vontade de paz do governo é proporcional à resistência do povo” e que os diálogos de Havana são prova disso. “Temos que construir e posicionar todos esses esforços que fazemos nas mobilizações, nas Constituintes. Também nos Congresos por la Paz²⁷, que são construídos por outros movimentos. A paz significa o quê? É necessária para quê? E o que deve produzir a paz para que realmente gere mudanças e transformações? Não é para que o Estado reconheça os direitos da vítimas para que tudo siga igual”, enfatiza o líder camponês.

Na concepção da Marcha Patriótica, conquistar a paz é mais do que pôr fim à guerra civil que dura mais de 50 anos no país. “Contra a paz conspira tudo o que é violência. Ou seja, a antítese da paz não é a guerra, mas a violência. E a violência é tudo o que limita o desenvolvimento integral do ser humano, como a fome e o desemprego”, esclarece o ex-senador Rivera, que hoje também é assessor de Piedad Córdoba, porta-voz da Marcha Patriótica e uma das figuras de esquerda mais cotadas para uma eventual disputa presidencial na Colômbia.

Para o líder da Anzorc César Jeréz, se governo e FARC chegarem a um acordo de paz que contemple a criação de um sistema na-

²⁷ Impulsionado pelo movimento Congreso de los Pueblos, é um processo que se assemelha ao das Constituintes. Entre 19 a 22 de abril de 2013, foi realizado o Congreso por la Paz nacional, na Universidade Nacional de Bogotá, onde estiveram cerca de 4 mil delegados de organizações sociais de camponeses, indígenas, afrodescendentes, trabalhadores e estudantes de todo o país.

cional de ZRC, o movimento camponês ganha forças para avançar rumo à reforma agrária integral, “porque, aí sim, teremos garantias”. “Este momento é histórico, mas também muito perigoso. Se há acordos de paz, pode haver uma dinâmica progressiva. Do contrário, volta um ciclo repressivo muito forte. Esse é o risco”, alerta Jeréz.

Outro porta-voz da Anzorc, Juan Carlos Quintero, que vem de uma família que há gerações é vítima da violência na região do Cata-tumbo, ainda demonstra esperança na paz da Colômbia. “O clamor do povo colombiano é pela saída dialogada, por uma solução política para o conflito. Nós acreditamos. Chumbo com chumbo, guerra com guerra, isso nunca se acaba. Deve haver uma reconciliação nacional e esta pátria vai ser reconstruída pelo povo colombiano. Estamos avançando e a Zona de Reserva Camponesa é a nossa referência, nossa proposta de paz”, expressa Quintero.

DEMOCRACIA

A mais antiga e mais sangrenta da América Latina

“Tam nos matar. Não estavam apenas nos perseguindo. Iam nos matar”, lembra a atriz Patrícia Ariza, de 67 anos, sobre a ocasião em que foi detida junto com um grupo de artistas em um quartel do exército em Remolino del Caguán, distrito isolado na selva amazônica, no sul da Colômbia. Ela e seus companheiros haviam desembarcado na região para participar de um encontro nacional de camponeses. Naquele tempo, em 1985, o governo do presidente Belisario Betancur e a insurgência armada dialogavam por um acordo de paz, numa iniciativa inédita na América Latina. Só que enquanto o governo bancava a negociação política, as forças armadas continuavam agindo para impedir o avanço do “inimigo comunista”. Ariza era uma das líderes de um grupo de artistas que vinha promovendo campanhas culturais sobre a paz. “Nesse momento, ainda não haviam suspendido os diálogos. Fomos para lá como loucos, por estarmos convencidos de que o que fazíamos poderia mudar o rumo da história. Ainda estamos convencidos disso, mas naquela época éramos mais jovens”. Naquele mesmo 1985, em março, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) haviam anunciado ao país sua incorporação à política institucional com a fundação da União Patriótica (UP), em aliança com o Partido Comunista Colombiano (PCC) e outros movimentos sociais. Criado durante um cessar-fogo com o governo, o partido pretendia disputar as eleições do ano seguinte. Ariza, uma das fundadoras da UP, é uma das sobreviventes de um genocídio que matou cerca de 3 mil militantes do partido, entre 1986 e 1994, segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). “Eu sou sobrevivente da UP. Obviamente estive muito ameaçada e é um milagre ter sobrevivido. Depois disso, creio que sou intocável, eterna”, diz, descontraída, a atriz.

A professora Gloria Inés Ramírez, de 57 anos, senadora do PCC desde 2006, também sobreviveu ao genocídio da UP. “Quando cheguei ao Congresso, tive que sentar-me ao lado dos políticos que participaram do assassinato de muitos de nossos companheiros. Não foi fácil, nem simples, mas era nosso papel ocupar esse espaço, fazer

as denúncias”, conta Ramírez. Para ela, o genocídio da UP representou uma primeira etapa de ataque do Estado à oposição eleitoral; a segunda, na última década, tem sido marcada por processos judiciais e estigmatização pública. “Meu caso concreto se trata de judicialização para acabar com a minha carreira política, me acusando de ser assessora ideológica das FARC. E mais: fui acusada de ser a mulher de Raul Reyes! Causou graça a todo mundo”, conta a senadora que foi acusada de vínculos com as FARC em dezembro de 2008 e só foi absolvida pela Procuradoria Geral da República, por falta de provas, em janeiro de 2013.

O Partido Comunista, presente na formação da UP, agora integra o movimento social e político Marcha Patriótica, fundado em abril de 2012. O dirigente do PCC Carlos Lozano, de 65 anos, sofreu dois atentados de morte e uma tentativa de sequestro nos anos 1980. Hoje é um dos quatro porta-vozes da Marcha Patriótica. “Muitos de nós, mais veteranos, fomos parte da UP e hoje somos da Marcha. Mas, ainda que haja afinidades, a origem é distinta. A Marcha surge da base da sociedade, de movimentos sociais nacionais, regionais e de organizações políticas de esquerda para conformar uma força alternativa de unidade. Já a UP foi um partido que surgiu proposto pela guerrilha para ter um espaço aonde chegar”, explica Lozano, editor-chefe do semanário *Voz*, do PCC, desde 1994.

Ao contrário da UP, que nasceu para disputar eleições, a Marcha Patriótica ainda não decidiu se participará do pleito em 2014, mesmo porque já nasceu estigmatizada, inclusive pelo governo, de ser uma plataforma política para as FARC. O ministro de Defesa, Carlos Pinzón, disse, em 2012, que a criação do movimento fazia parte de um plano da “organização terrorista das FARC” de se infiltrar em organizações sociais. Para Lozano, “o governo faz muito mal estigmatizando, não somente pelo perigo em que coloca os membros da Marcha, mas também pela mensagem negativa que envia às FARC”.

De fato, as FARC compartilham da mesma preocupação. O segundo, dos cinco pontos da agenda dos diálogos de paz de Havana, entre guerrilha e governo, trata da participação política dos guerrilheiros depois da possível desmobilização e reinserção na vida civil. Entre as principais pautas da guerrilha sobre o tema estão uma reforma política e das forças armadas, garantias plenas para o exercício da oposição, democratização dos meios de comunicação e participação popular no planejamento das políticas públicas. Além disso, as FARC exigem que os acordos sejam legitimados através de uma Assembleia Nacional Constituinte, proposta já rechaçada pelo governo, que prefere um referendo após um eventual acordo de paz.

Em abril deste ano, a Universidade Nacional de Bogotá (UN) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) organizaram o Fórum sobre Participação Política para levar estudos e propostas da sociedade civil à mesa de diálogos de Havana. Um dos coordenadores do fórum, o professor e pesquisador Carlos Medina Gallego — biógrafo das guerrilhas, como é conhecido — diz que as propostas das FARC sobre o tema “não são grandes reformas de nada”. Para ele, a guerrilha está dizendo: “deixem-me participar em política e criar um partido, e permitam às comunidades que participem de política nas regiões. Permitam-nos ter acesso aos meios de comunicação, e nos dê segurança”.

A jornalista Marta Ruíz, colunista política da revista *Semana*, de maior circulação da Colômbia, acredita que o tema central do conflito colombiano transcende a questão da posse e do uso da terra, o primeiro dos cinco pontos dos diálogos de paz. “Claro, é um tema de contexto muito importante, mas o crucial neste país é a falta de garantia de participação política. O problema é que aqui matam comunistas. Simples assim. Não porque sejam guerrilheiros, mas porque são comunistas. Sempre os mataram”, afirma Ruíz. A jornalista, que também é professora convidada da Fundação Gabriel García Márquez para o Novo Jornalismo Ibero-americano (FNPI), considera a Marcha Patriótica uma prova de fogo. “O governo e as elites têm

que provar duas coisas. Primeiro, que não vão matá-los [militantes da Marcha]. Depois, que vão permitir que participem da democracia de maneira verdadeira”, reforça.

O coordenador da Comissão Internacional da Marcha Patriótica, professor Francisco Tolosa, da UN, se mostra cauteloso com as intenções do governo de chegar a um acordo final. “Aqui, a cada dez anos a burguesia se cansa de fazer a guerra e há um processo de paz. E depois se cansa de negociar a paz e volta a fazer a guerra. É como os ciclos de Macondo [cidade fictícia do romance *Cem anos de solidão*, do colombiano Gabriel García-Márquez]. Esperemos que desta vez não seja assim”, desconfia Tolosa. O que mais o preocupa é a falta de liberdade política na “democracia mais antiga do continente”. “Se não existem garantias nem para nós, que não temos nem um cortador de unha, que não somos e nem fomos guerrilheiros, imagine para as FARC. Iván Márquez, chefe negociador da guerrilha nos diálogos de Havana, foi deputado nacional pela União Patriótica e já passou por isso. Se não tivesse fugido para a montanha, estaria morto”, assegura o professor.

A história do comandante Iván Márquez ilustra a histórica falta de garantias de oposição política no país. Márquez decidiu ingressar na clandestinidade das FARC em 1978, depois de participar da Juventude Comunista (JUCO), vinculada ao PCC. Foi chefe negociador da guerrilha nos diálogos de paz de La Uribe, que deram origem à UP, em 1985. Nas eleições do ano seguinte, 1986, elegeu-se deputado federal pelo partido, mas teve de abrir mão do mandato em menos de um ano. Para proteger as lideranças, as FARC decidiram que Márquez e seus companheiros de guerrilha que haviam ingressado na política institucional deveriam voltar à clandestinidade. Em 2012, para que o chefe guerrilheiro pudesse representar publicamente as FARC nos diálogos de paz de Havana, o governo teve de suspender 132 mandados de prisão contra Márquez, por delitos como terrorismo, sequestro extorsivo, homicídio, rebelião e porte ilegal de armas.

**“Yo te daré, te daré patria hermosa,
te daré una rosa, esa rosa se llama UP”**

Em 1984, como maneira de referendar os primeiros acordos de paz de La Uribe, que permitiam o ingresso das FARC à política institucional, começa uma articulação, encabeçada principalmente pela guerrilha e o PCC para a criação de uma nova legenda. A economista Cecilia “Chila” Pineda, professora da pós-graduação em Estudos de Gênero da UN, em Bogotá e integrante da Comissão de Mulher e Gênero da Marcha Patriótica, participou da construção da UP desde o início. “Na sala da minha casa aconteceram as primeiras reuniões do movimento político, em que participaram os dirigentes delegados das organizações. Entre eles, Iván Márquez, Braulio Herrera, Jairo González e outros. Discutimos muito sobre o nome. Votamos e ganhou ‘União Patriótica’”. O lançamento oficial do partido aconteceria somente em março de 1985, quando as FARC anunciaram a UP como “uma grande frente de convergência nacional para buscar as mudanças que o país necessita”.

Nove meses após sua criação, em novembro de 1985, a UP anunciou a candidatura do comandante e um dos fundadores das FARC Jacobo Arenas à presidência nas eleições do ano seguinte. No entanto, em fevereiro de 1986, o partido comunicou a troca de candidato para o pleito de maio por conta das contínuas ameaças de morte dirigidas ao comandante Arenas, o que o impossibilitava de fazer campanha em praça pública.

O novo candidato escolhido foi o advogado Jaime Pardo Leal, do PCC, ex-magistrado do Tribunal Superior de Bogotá e fundador do sindicato da categoria. Pardo alcançou a marca de 320 mil, dos cerca de 7 milhões de votos naquela eleição. Tornou-se presidente do partido e, nos anos seguintes, se consolidou como o principal nome da esquerda colombiana, quando passou a denunciar publicamente a articulação da força pública para perseguir os movimentos sociais do país, muitos dos quais formavam parte da UP. “O que denunciamos é

que as Forças Armadas sejam utilizadas, de fora e de dentro, para cumprir uma função desestabilizadora, antidemocrática e de incitação contra o direito político que temos todos os colombianos de expressar nossa opinião”, declarou o presidenciável em entrevista coletiva, meses antes de sua morte.

Jaime Pardo Leal foi assassinado com tiros na cabeça, no dia 11 de outubro de 1987, quando voltava de um fim de semana em Mesa, um distrito rural a 60 quilômetros de Bogotá. O advogado dirigia o carro acompanhado da esposa e do filho quando recebeu disparos vindos de outro veículo. Morreu a caminho do hospital e tornou-se a vítima 471 contabilizada pela UP, desde 1985.

Além dos 320 mil votos do candidato à presidência, o partido elegeu 23 prefeitos, 351 vereadores, 14 deputados estaduais, nove deputados federais e cinco senadores. “Conseguimos postos como nenhum partido de esquerda havia conseguido antes na história deste país. E se inicia a matança mais feroz. Nós nos encontrávamos todos os dias em uma funerária ou no enterro de um companheiro diferente a cada dia”, recorda Chila Pineda, uma das fundadoras da UP, que, além de perder amigos e familiares, teve de se exilar por oito anos.

A própria UP tratava de identificar os autores dos atentados e ameaças contra seus militantes. O fenômeno do paramilitarismo, que ganhava força no país desde o início da década de 1980, havia sido apontado por Pardo Leal como protagonista da “caça aos comunistas”. Em outra entrevista coletiva, ele denunciou grandes proprietários de terras como mandantes dos crimes recorrentes “Os grupos paramilitares estão integrados pelos maus filhos da Colômbia, por pérfidos desprestigiadores do exército do nosso país, por mafiosos e pelos assassinos que os contratam. Há que repetir os nomes que já demos antes: de Gonzalo Rodriguez Gacha, Victor Carranza, Gilberto Lopez, Pedro Ortegón, magnatas latifundiários e pecuaristas que têm grandes capitais de procedência criminosa”, protestou o dirigente da UP.

Os assassinatos sistemáticos na Colômbia na década de 1980 contrastavam com a redemocratização de outros países latino-americanos. Exilado do Uruguai em 1971, após o golpe militar, o jornalista e escritor Eduardo Galeano voltava a seu país natal em 1985, após ter se refugiado na Argentina e na Espanha. Em seu *Livro dos Abraços*, publicado quatro anos depois, Galeano escreveu, na crônica “Dizem as paredes”: “Em Bogotá, pertinho da Universidade Nacional: Deus vive. Embaixo, com outra letra: Só por milagre.” No mesmo livro, o autor de *As Veias Abertas da América Latina* dedicou atenção especial à história de sua amiga Patricia Ariza, a teatróloga militante da União Patriótica, e agora da Marcha Patriótica. Diz o texto “Crônica da cidade de Bogotá”:

“Quando as cortinas caíam, ao fim de cada noite, Patricia Ariza, marcada para morrer, fechava os olhos. Em silêncio agradecia os aplausos do público e também agradecia outro dia de vida burlando a morte.

Patricia estava na lista dos condenados, por pensar em vermelho e em vermelho viver; e as sentenças iam se cumprindo, implacavelmente, uma após a outra.

Até sem casa ficou. Uma bomba podia voar o edifício: os vizinhos, obedientes à lei do medo, exigiram que ela se fosse.

Ela andava com colete à prova de balas pelas ruas de Bogotá. Não havia mais remédio; mas o colete era triste e feio. Um dia, Patricia costurou no colete umas quantas lantejoulas, e outro dia bordou umas flores coloridas, flores que desciam feito chuva sobre seus peitos, e assim o colete foi por ela alegrado e enfeitado, e mal ou bem pode acostumar-se a usá-lo sempre, e já não o tirava nem mesmo no palco...”

Ariza conheceu Galeano em Cuba, quando os dois foram jurados do Prêmio literário Casa de las Américas, em 1987. “O pessoal da Casa das Américas pediu a todos os jurados que me pedissem que não regressasse à Colômbia, porque eles sabiam que as ameaças contra mim eram muito graves. Então eu fiquei uns três meses em

Cuba, e ficamos bastante amigos, eu e Galeano”, recorda a diretora do teatro de La Candelaria, em Bogotá, e atriz há pelo menos 45 anos.

Mesmo com a repercussão internacional, os episódios de violência contra militantes da UP continuavam. Pouco mais de um ano após a morte de Jaime Pardo Leal, em 11 de novembro de 1988, 43 pessoas foram assassinadas no município de Segovia, no estado de Antioquia. Dias antes, paramilitares haviam ameaçado os moradores da região por serem, na maioria, simpatizantes do movimento, que havia elegido o prefeito daquele município. Nas eleições regionais de 1988, o partido ainda elegeu outros 14 prefeitos, 261 vereadores e dez deputados estaduais.

Bernardo Jaramillo, sucessor de Pardo Leal na presidência do partido, reagiu imediatamente ao atentado e exigiu punição aos comandantes da polícia e do exército locais, os quais considerou cúmplices do massacre. “O que aconteceu em Segovia tem que ficar na memória dos colombianos e colombianas e dos povos do mundo como a antessala da ação fascista para ocupar o poder político e social na Colômbia”, denunciou o político à imprensa.

O novo presidente da UP manteve o discurso do antecessor, enfatizando a necessidade de combater os grupos paramilitares como primeiro passo para uma paz duradoura na Colômbia. Ameaçado, afirmou mais de uma vez, em diferentes entrevistas e discursos: “com toda serenidade eu digo que sei que vão me assassinar.” Após o massacre de Segovia, exilou-se do país por alguns meses. Em meados de 1989, retornou à Colômbia para tornar-se o candidato presidencial da UP nas eleições de maio do ano seguinte. Rapidamente, embalado pela promessa de buscar uma solução política para o conflito armado, Jaramillo chegou a projeções de um milhão de votos nas pesquisas eleitorais. Mas a menos de dois meses das eleições, no dia de março de 1990, apesar de estar protegido por 16 escoltas, Bernardo Jaramillo Ossa foi assassinado no aeroporto de Bogotá. O jovem de 17 anos encarregado da execução disparou as 33 balas de sua

metralhadora automática; acertou quatro, no peito. O candidato da UP estava prestes a embarcar, acompanhado de sua segunda esposa, para uma lua de mel em Santa Marta, na costa caribenha. O plano para matá-lo, apurou-se mais tarde, era infalível — contava ainda com outro sicário no avião em que viajaria Jaramillo, além de um grupo armado que o esperava em Santa Marta, caso a primeira e a segunda tentativas falhassem.

O presidente da UP foi um dos três candidatos presidenciais assassinados na campanha de 1990. Já estava morto o candidato da ala gaitanista do Partido Liberal, Luis Carlos Galán, assassinado em agosto do ano anterior. Menos de um mês depois, em abril de 1990, assassinariam o ex-guerrilheiro do M-19, Carlos Pizarro, candidato da Aliança Democrática M-19.

A morte de Jaramillo fez com que a UP desistisse da eleição presidencial. Ainda assim, o partido elegeu outros 12 prefeitos, 257 vereadores, 24 deputados estaduais, quatro deputados federais e três senadores. O vencedor do pleito foi César Gaviria, do Partido Liberal, com 47,8% dos votos, seguido por Álvaro Gómez, dissidente do Partido Conservador, com 23,7%. Antonio Navarro Wolff, que substituiu Carlos Pizarro na candidatura do M-19, ficou em terceiro com 754 mil votos, equivalentes a 12,2%.

Em julho de 1991, foi promulgada a nova Constituição do país, que substituiu a carta de 1886. O presidente Gaviria iniciou a chamada abertura econômica do país, através de políticas neoliberais. Os parlamentares da UP criticavam as medidas do governo, que reduziam o peso do Estado e privatizavam empresas públicas. Em novembro de 1993, foi assassinado o secretário nacional do PCC e membro da UP, José Miller Chacón; e, em agosto de 1994, o último senador do partido, Manuel Cepeda, foi morto por oficiais do exército e paramilitares menos de um mês após assumir o cargo. “Além da dor e da minha situação pessoal e familiar, a morte do meu pai tem uma conotação muito mais ampla. Ele foi o último senador assassinado depois de outros sete. A morte do meu pai foi como um mo-

mento culminante desse extermínio, pelo menos da parte mais intensa”, acredita o deputado Iván Cepeda, filho do senador.

Além dos dois candidatos a presidente, foram assassinados, no total, oito senadores, 13 deputados, 70 vereadores, 11 prefeitos e milhares de militantes da União Patriótica. As informações são do informe “Basta Já! Colômbia: memórias de guerra e dignidade”, publicado em julho de 2013 pelo Centro Memória Histórica (CMH), entidade inscrita dentro do Departamento para a Prosperidade Social (DPS) do governo colombiano. O mesmo estudo utiliza documentos da Defensoria Pública para afirmar que os assassinatos foram perpetrados por grupos paramilitares e membros das Forças de Segurança do Estado (Exército, Polícia secreta, Inteligência e Polícia regular), muitas vezes em aliança com os narcotraficantes.

O informe do CMH repercutiu na imprensa do país e foi tratado como um trabalho essencial para a construção histórica do conflito. No editorial do jornal do dia 28 de julho, o jornal *El Tiempo* considera que o “Basta Já!” está “chamado a se converter em um dos livros de história da Colômbia mais impactantes e esclarecedores que já foram escritos no país”. Realizado por 21 pesquisadores titulares, assessorados por dezenas de outros especialistas, o informe de 431 páginas está dividido em cinco capítulos, que tratam de violência de guerra, origens e dinâmicas do conflito armado, poder judiciário, impactos e danos causados, e memórias dos sobreviventes. De acordo com o documento, entre 1958 e 2012, o conflito armado colombiano provocou cerca de 220 mil mortes, dos quais apenas 20% em combate. Dos 180 mil civis mortos, 150 mil foram vítimas de assassinatos seletivos. O Centro de Memória História calcula que dois terços desses foram mortos por paramilitares e grupos armados não identificados; corresponderia às guerrilhas a autoria de 15% dos atentados e às Forças Armadas, 10%.

La privatización de la guerra contra-insurgente

A estimativa apresentada pelo informe “Basta Já!” começa justamente a partir do fim de um período conhecido como *La Violencia*, que durou dez anos, de 1948 a 1958, e deixou outros 180 mil mortos²⁸. O conflito teve origem no assassinato do candidato a presidente Jorge Eliécer Gaitán, do Partido Liberal, que era considerado uma ameaça à elite colombiana. Sua morte, em 9 de abril de 1948, desencadeou uma insurreição popular que ficou conhecida como *Bogotazo*, estopim para a guerra entre liberais, na maioria pequenos proprietários, e conservadores, latifundiários. Os dez anos sangrentos que se seguiram só foram amenizados com um pacto entre as cúpulas dos partidos Liberal e Conservador, que previa alternância entre as duas forças na presidência, a cada quatro anos, e paridade no Legislativo. O acordo deu origem à Frente Nacional, que durou 16 anos e só se desfez nas eleições presidenciais de 1974.

As guerrilhas liberais que sobreviveram, e se recusaram a aderir o pacto, permaneceram na clandestinidade. Muitas delas passaram a ser comunistas. Foi o caso dos camponeses que se estabeleceram em terras do pequeno município de Planadas, no estado de Tolima, e se mantiveram armados para defender o território. Sob a tese de que a região, conhecida como Marquetalia, havia sido convertida em uma “republicueta independente”, o governo iniciou uma ofensiva militar em 1961. A resistência aos 16.000 soldados, helicópteros e aviões do exército colombiano, ajudado pelos Estados Unidos, durou três anos. Em 1964, os sobreviventes, que fugiram pelas montanhas sob o comando de Manuel Marulanda e Jacobo Arenas, se reuniram para

²⁸ Eduardo Galeano, em seu livro *As veias abertas da América Latina*, relatou que “durante dez anos, entre 1948 e 1957, a guerra camponesa abarcou os minifúndios e os latifúndios, os desertos e os campos semeados, os vales e as selvas e os páramos andinos, empurrou comunidades inteiras ao êxodo, gerou guerrilhas revolucionárias e bandos de criminosos; converteu o país inteiro num cemitério: estima-se que deixou um saldo de 180 mil mortos”.

fundar as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), agora como uma guerrilha ofensiva, com objetivo de tomar o poder.

Outra guerrilha revolucionária foi criada no mesmo ano: o Exército de Libertação Nacional (ELN), sob influência da revolução cubana e liderança do padre Camilo Torres. Em 1967, ainda seria fundado o Exército Popular de Libertação (EPL), com orientação maoísta. Além das FARC, tanto ELN como EPL existem até hoje, este último com presença muito reduzida desde meados dos anos 1990.

A primeira tentativa de por fim ao conflito armado entre essas guerrilhas revolucionárias e o Estado colombiano aconteceu no governo do presidente Belisario Betancur, do Partido Conservador, de 1982 a 1986. Eleito ainda sob o “efeito Jimmy Carter” — presidente estadunidense que procurou reduzir as tensões da Guerra Fria, entre 1977 e 1981 —, o mandatário colombiano optou por dialogar e começar um processo de paz com as guerrilhas, reconhecendo-as como atores políticos. A iniciativa, porém, sofreu resistência dos altos comandos militares, de associações empresariais e de boa parte do cenário político nacional, além das elites regionais que se viram ameaçadas com o avanço eleitoral da esquerda.

A maior expressão dessa resistência social e institucional aos diálogos de paz foi o extermínio da União Patriótica (UP), considerada pelos militares como a materialização da estratégia da guerrilha de combinar todas as formas de luta para chegar ao poder. O próprio ministro de Guerra do governo Betancur, general Fernando Landazábal, admitia publicamente que considerava o processo de paz parte de uma “estratégia continental de governos pró-esquerdistas que pretendia abrir caminho à revolução comunista”.

Diante do avanço das negociações, para combater as guerrilhas por conta própria, alguns setores militares e das elites regionais aliam-se para conformar grupos paramilitares, chamados de autodef-

sas e amparados na lei 48²⁹ — que havia sido decretada em 1965 durante estado de exceção frente à violência agrária. Para o Centro de Memória de Histórica (CMH), essa articulação entre militares e latifundiários, nos anos 1980, “abriu as portas para a privatização da luta contra-insurgente e a autonomia clandestina de setores radicais das Forças Armadas”. A relação entre os militares e as elites regionais ficou baseada no apoio logístico, econômico e político ao paramilitarismo em muitas de suas ofensivas contra-insurgentes, dada a precariedade de recursos do Estado para financiar a guerra.

Além disso, o informe “Basta Já!” aponta que muitos dos ataques paramilitares contra líderes sociais foram ações clandestinas das próprias Forças Armadas: “sua missão contra-insurgente condicionou sua relação com a população civil, estigmatizando os setores pobres e marginalizados como inimigos, contrastados com as elites, aliadas dentro de sua defesa do Estado”. Todos os três manuais anti-insurgentes editados pelo exército entre 1969 e 1987 traziam disposições para conformar grupos paramilitares. O manual de 1969, por exemplo, ordenava “organizar militarmente a população civil para que se proteja contra a ação das guerrilhas e apoie a execução de operações de combate”. No entanto, foi o regulamento de 1987 que tornou mais explícita a aliança entre o exército e os grupos de auto-defesa. O novo texto afirmava que a guerra contra-insurgente deveria ser levada a cabo “empregando ações de tipo político, econômico, psicológico, sociológico, militar e paramilitar”, e que as autodefesas

²⁹ Em 1965 o governo aprovou o Decreto 3398 que estabelecia em seu artigo 25 que “todos os colombianos, homens e mulheres, não compreendidos na lista do serviço obrigatório, poderão ser utilizados pelo Governo em atividades e trabalhos com os quais contribuam ao reestabelecimento da normalidade.” Em seguida, no artigo 33, parágrafo 3, o Decreto indicava que “o Ministério de Defesa Nacional, por salvo conduto dos comandos autorizados, poderá amparar, quando julgue conveniente, como de propriedade particular, armas que estejam consideradas como de uso privativo das Forças Armadas”, o que fez grupos de civis se armarem legalmente. Este Decreto foi convertido em legislação permanente em 1968 e os chamados “grupos de autodefesa” se conformaram, amparados pela lei, com patrocínio da Força Pública. Estas informações são da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH).

deveriam ter “dependência do alto comando militar”. Na época, o comandante máximo das Forças Armadas era o general Óscar Botero, que em 1990 tornou-se ministro de Defesa do governo de Cesar Gaviria.

O professor Carlos Medina Gallego, especialista no conflito armado colombiano, afirma que as alianças, apesar de tudo, são questões estratégicas típicas de guerra interna. “Quando se definiu a política de confrontar a guerrilha, o exército se aliou com o paramilitarismo porque seu inimigo não era o narcotráfico, nem o paramilitarismo. Seu inimigo era a guerrilha. As alianças são perversas”, argumenta o “biógrafo das guerrilhas”. Para Juan Carlos Quintero, camponês da região do Catatumbo, onde a chegada do paramilitarismo foi marcada por massacres e despejos de terras, “é por isso que hoje o movimento camponês desconfia tanto do exército. Quem confia em uma instituição que trocava de braçadeira e pela noite te assassinava? Ninguém confia nesse tipo de instituição”, enfatiza Quintero.

O respaldo do exército a esses grupos, com sede principal em Puerto Boyacá, no Magdalena Medio, coincidiu com a chegada de vários narcotraficantes nessa região, entre eles, Gonzalo Rodríguez Gacha e o lendário Pablo Escobar, que compraram grandes propriedades rurais para montar laboratórios clandestinos de cocaína. Eles chegaram já com seus exércitos privados e logo se tornaram aliados das autodefesas e, indiretamente, dos militares na causa comum da contra-insurgência. O reforço financeiro permitiu aos paramilitares consolidar um domínio absoluto nessa região e se estender a outras zonas do país.

Em 1989, depois de uma matança de funcionários do judiciário em Barrancabermeja, maior cidade da região do Magdalena Medio, o presidente Virgilio Barco, chegou a dar ordens para que se investigasse a estrutura criminal dos grupos paramilitares na região; derogou a lei que amparava as autodefesas e passou a penalizar o apoio, financiamento e conformação de grupos paramilitares. As

investigações encomendadas por Barco concluíram que Puerto Boyacá, classificada como uma “república independente paramilitar”, continuava sendo a principal base de controle das autodefesas. Segundo o levantamento do governo, divulgado ainda em 1989, a organização paramilitar dispunha de uma estrutura própria que incluía clínica médica, farmácia, imprensa, depósito de armas, computador e um centro de comunicações, que operava com colaboração de escritórios locais da estatal Telecom. Também contavam com uma frota de aviões e helicópteros, com um grupo de 30 pilotos à disposição; 120 veículos, entre camionetes, máquinas e tratores; além de lanchas e balsas.

Apesar das investigações, os militares não respeitavam as ordens do governo e continuavam perseguindo os movimentos sociais e a esquerda eleitoral, especialmente a UP. “O poder civil, que permitia os protestos sociais, entrava em contradição com o poder regional e militar, que controlava tais protestos. Essa situação provocava um efeito contrário ao esperado: da intenção democrática do primeiro, chegava-se à ação autoritária do segundo”, aponta o informe “Basta Já”. Mesmo assim, os dois diálogos de paz iniciados por Betancur, em 1982, atravessaram o governo do presidente Virgilio Barco e só foram encerrados definitivamente em 1990, depois do assassinato do candidato presidencial da UP Bernardo Jaramillo Nossa.

Nesse período de violência, no qual os grupos paramilitares se consolidaram e se espalharam pelo país, as guerrilhas, diante da falta de garantias na vida civil, também aproveitaram para crescer militarmente enquanto negociavam com o governo. O informe do CMH aponta que, entre 1981 e 1986, o EPL passou de duas a doze frentes; o ELN de três para dez; e as FARC passaram de dez frentes para 31.

La coca financia a los “paras”

Os cartéis de droga dos anos 1980 foram determinantes para o crescimento do paramilitarismo na Colômbia. Os efeitos que a aliança teve sobre a atuação dos grupos paramilitares tornou ainda mais complexo o conflito armado pelo controle territorial — e cada vez mais difícil diferenciar a guerra ideológica da criminalidade comum. É o que afirma o Centro de Memória Histórica (CMH), baseando-se em documentos da Procuradoria Geral da Nação. “Esta nova intervenção do financiamento do narcotráfico se produziu pela confluência dos interesses de três setores: das elites econômicas, que buscavam defender seu patrimônio, como aconteceu com a organização que lhes serviu de fachada em Puerto Boyacá, a Associação de Camponeses e Pecuaristas do Magdalena Médio (Acdegam); dos próprios narcotraficantes, que buscavam expandir seus negócios ilegais e queriam proteger-se das pressões extorsivas da guerrilha aos laboratórios e à compra de folha de coca; e os militares, que tinham como propósito atacar a guerrilha e o inimigo civil interno”, aponta o informe “Basta Já!”.

As investigações realizadas pelo governo Barco sobre o paramilitarismo constataram que as autodefesas do Magdalena Médio eram financiadas basicamente com o dinheiro dos cartéis de droga. As mensalidades pagas pelos fazendeiros não narcotraficantes tinham um caráter quase simbólico diante dos gastos com armamentos, transportes, comunicações e, principalmente, com os salários dos empregados da organização. Para formarem suas tropas de elite, os “narcos” ofereciam salários que variavam entre 25 e 35 salários mínimos. Além disso, financiavam cursos de treinamento com mercenários profissionais de Israel e do Reino Unido para seus melhores soldados.

Em certas regiões do país, as estruturas paramilitares deixaram de ser apenas financiadas para serem incorporadas pelo narcotráfico como seu braço armado. Gonzalo Rodríguez Gacha, “O Mexicano”, um dos sócios de Pablo Escobar no cartel de Medellín, por exemplo,

controlava, ao mesmo tempo, o narcotráfico e os grupos paramilitares dos estados de Putumayo e Meta, segundo o CMH. Rodríguez Gacha, inclusive, havia sido um dos denunciados como mandatário de assassinatos de militantes da UP, pelo candidato presidencial Bernardo Jaramillo.

Entre 1980 e 1990, o narcoparamilitarismo concentrou grandes propriedades rurais em pelo menos 409 municípios colombianos, um terço do total, de acordo com a estimativa do CMH. “Isso significou, de fato, um novo processo de concentração da terra que operou como uma contrarreforma agrária”. Além do poder territorial, materializado e formalizado com a compra de terras, a expansão do “poder corruptor do narcotráfico permeou a classe política e distintas instituições do Estado”, o que o CMH chamou de narcopolítica. Em 1982, Escobar foi eleito deputado federal pelo estado de Antioquia, do qual a capital é Medellín; e, cinco anos depois, aparecia como o homem mais rico da Colômbia na lista da revista *Forbes*.

No começo da década de 1990, George H. Bush, o pai, chegou à presidência dos Estados Unidos e começou a propagar pelo mundo sua guerra contra as drogas. Na Colômbia, aconteceram os primeiros enfrentamentos dos grandes narcotraficantes com o Estado. Naquele momento, ficou evidente o “caráter dual do paramilitarismo frente ao Estado — amigo na luta contra a insurgência e inimigo na luta contra o narcotráfico”, afirma o CMH. Essa contradição, que já havia resultado, em 1989, na criminalização das autodefesas, durante o governo de Virgílio Barco, também obrigou o governo a retomar as tentativas de negociação política com a insurgência armada. A iniciativa não resolveu a guerra, mas produziu resultados. Em março de 1990, a guerrilha urbana do M-19 se desmobilizou, após firmar um acordo de paz com o governo. No mesmo ano, a guerrilha indígena Quintín Lame, seguiu o mesmo caminho.

A clandestinidade das autodefesas durou poucos anos. Em fevereiro de 1994, ao apagar das luzes do governo de César Gaviria Trujillo, sucessor de Barco, foi expedido o decreto presidencial que

regulamentou o Estatuto de Vigilância e Segurança Privada. Criava-se, assim, o mecanismo necessário para o reestabelecimento legal dos grupos paramilitares, a figura jurídica das Cooperativas de Vigilância e Segurança Privada, mais conhecidas como Convivir.

A debilidade dos critérios exigidos para a criação das Convivir possibilitou sua rápida proliferação e permitiu que reconhecidos chefes paramilitares, como Salvatore Mancuso, se tornassem seus representantes legais. Em março de 1997, existiam 414 Convivir na Colômbia. No mesmo ano, a Corte Constitucional declarou inconstitucionais os artigos do Estatuto que permitiam às cooperativas o porte de armas de grosso calibre e os serviços de inteligência. Foi quando “as Convivir transitaram massivamente à clandestinidade para engrassar os braços do paramilitarismo”, de acordo com o informe “Basta Já!”.

Durante o julgamento da Corte, as opiniões a favor e contra a manutenção legal das Convivir dominaram os noticiários³⁰. A então senadora Piedad Córdoba, do partido Liberal, e hoje porta-voz da Marcha Patriótica, afirmou que as Convivir não eram cooperativas de camponeses armados em legítima defesa contra as guerrilhas, ao contrário do que alegava o ministro de Interior, Carlos Holmes, para o qual estas “nasceram do legítimo direito dos cidadãos de unir esforços para fazer frente à delinquência”. Para a senadora, as Convivir “perturbam as condições para o exercício dos direitos e liberdades públicas da cidadania e invadem a órbita de competência reservada às autoridades e à força pública”. O ministro da Defesa, Gilberto Echeverri, por sua vez, justificou a necessidade de contar com o “apoio da população civil e as Convivir” para enfrentar as guerrilhas. “A Colômbia tem 1.142 quilômetros quadrados de território e as Forças Militares conformam uma força pequena em relação com o país”, advertiu Echeverri.

³⁰ As declarações foram compiladas por uma reportagem do jornal El Tiempo, de Bogotá, na reportagem “Convivir ou não Convivir”, publicada no dia 27 de agosto de 1997.

Um dos argumentos que pesava a favor das Convivir na opinião pública era a questão econômica. O presidente da Federação Colombiana de Pecuaristas (Fedegan), Jorge Visbal, alegou que o fim das cooperativas deixaria o meio rural à mercê das ações criminosas das guerrilhas. “Deixamos de contribuir no ano passado ao país 936 bilhões de pesos pelas ações das guerrilhas. Em 1996, a subversão sequestrou a 511 pecuaristas e 25 morreram no cativeiro”, protestou o latifundiário. Mais tarde, em 2007, tornou-se senador, cargo do qual renunciaria em menos de dois anos, quando a Corte Suprema de Justiça começou a investigar seu vínculo com grupos paramilitares. Mesmo com o processo em andamento, em 2010, foi nomeado embaixador da Colômbia no Peru, pelo presidente Juan Manuel Santos. Teve de renunciar ao cargo em março de 2012, quando sua detenção preventiva foi ordenada pela justiça por conta de um novo processo por associação ao paramilitarismo. Atualmente, responde em liberdade às denúncias baseadas em depoimentos de chefes paramilitares desmobilizados, como Salvatore Mancuso, quem afirmou ter participado de pelo menos dez reuniões com o então presidente da Fedegan³¹. Segundo Mancuso, o “doutor Visbal” demonstrava interesse em tratar dos planos de expansão das estruturas paramilitares a novas áreas onde a atividade pecuarista estivesse ameaçada pelas guerrilhas. “O doutor Visbal nos trazia informações, sugestões. Não só informações: sugestões para nossas áreas de influência, onde temos presença como pecuaristas, onde estamos desenvolvendo nossa atividade agropecuária e temos muita presença da guerrilha... ‘quando as autodefesas ingressarão a essas regiões?’”, declarou o chefe paramilitar em uma de suas confissões à justiça, em 2010.

³¹ Criada em 1963, a Federação Nacional de Pecuaristas (Fedegan) é a maior representação gremial dos grandes criadores de gado na Colômbia. Desde 1993, administra os recursos do Fundo Nacional do Gado. Este fundo foi criado pela lei 89 daquele ano e recebe recursos de uma contribuição parafiscal chamada Cota de Fomento Pecuarista, que atualmente corresponde a 0,75% sobre o preço do litro de leite vendido pelo produtor e o equivalente a 75% de um salário mínimo por cabeça de cada sacrificada.

Por fim, a Corte Constitucional sentenciou o fim das Convivir em 1997. De volta à clandestinidade, nove organizações paramilitares de diferentes regiões do país se uniram para fundar as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) no mesmo ano. As AUC se definiram como “um movimento politicomilitar de caráter anti-subversivo em exercício do direito à legítima defesa”. Na época, em um documento assinado por importantes chefes paramilitares, liderados por Carlos Castaño, declararam que não deixariam as armas enquanto “a guerrilha permanecer em pé de guerra” e exigiram do governo uma negociação bilateral para a paz.

“Começou, então, a maior e mais audaz expansão paramilitar para todos os pontos cardiais da nação”, afirma o informe “Basta Já!”, ao tratar do início do que chamou de “os anos dos paramilitares”, entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Os primeiros anos de atuação das AUC foram marcados por consecutivos massacres e coincidiram, assim como havia acontecido na década de 1980, com uma nova tentativa de diálogos de paz, desta vez entre o governo do conservador Andrés Pastrana e as FARC, a partir de 1998. Novamente os paramilitares, desta vez na figura da AUC, se tornariam um ator fundamental para o fracasso da tentativa de paz.

Os diálogos aconteciam na zona desmilitarizada de Caguán, uma área de 42 mil quilômetros quadrados, ao sul do país. Nas outras regiões, onde não houve cessar fogo, com exceção de alguns períodos de trégua unilateral realizados pelas FARC, os enfrentamentos continuavam normalmente. A tentativa de pactuar a paz em meio à guerra ganhou um novo ingrediente em 2000, com o início do Plano Colômbia, que contava com investimentos bilionários dos Estados Unidos, em uma nova campanha de combate ao narcotráfico. Além da já esperada pressão paramilitar, o início do Plano Colômbia, considerado pela guerrilha “uma proposta de guerra”, foi decisivo para desestabilizar definitivamente os diálogos. Esse plano, segundo o CMH, enfatizou a “vinculação dos grupos armados com o dinheiro do narcotráfico, considerando esta a principal causa do conflito ar-

mado, e deixou em segundo plano os aspectos econômicos, sociais e políticos que estavam na base da expansão dos cultivos ilícitos”. Entre 2000 e 2005, os EUA investiram nas atividades do Plano Colômbia cerca de 4,5 bilhões de dólares, segundo relatório do Serviço de Pesquisa do Congresso estadunidense³². A ênfase militar é demonstrada pela distribuição dos investimentos — 74% para o fortalecimento militar (60%) e policial (14%), enquanto o investimento em programas sociais ficou com 26%. Quando o combate ao terrorismo passou a ser prioridade nos Estados Unidos, após os atentados às torres gêmeas de 11 de setembro de 2001, os recursos do Plano Colômbia foram direcionados também ao combate dos grupos guerrilheiros revolucionários, que, a partir desse momento histórico passaram a ser taxados de terroristas. “Aqui não se falava de terrorismo. O terrorismo aparece depois das torres gêmeas. Falava-se de bandoleiros, de guerrilhas, a guerrilha criminosa, sangrenta, mas nunca se falava de terrorismo”, analisa o advogado Jhon Jairo Gutierrez, defensor de direitos humanos do Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos, organização não governamental criada em 1979.

De acordo com o CMH, a aprovação do Plano Colômbia foi o marco para que as negociações de paz entrassem em uma crise sem volta. Porém, teria sido apenas a gota d’água, já que se tornava cada vez mais difícil avançar na pauta inicial. Para as FARC, eram três os temas centrais para avançar na mesa de negociações com o governo: o intercâmbio de prisioneiros de guerra; o comprometimento incondicional do Estado na luta contra o paramilitarismo; e a manutenção da zona desmilitarizada. Ao contrário do que propunha a guerrilha na agenda dos diálogos, as estruturas paramilitares continuavam crescendo — muitas vezes, provou-se mais tarde, com o amparo direto da força pública.

³² Criado em 1914, o Serviço de Pesquisa do Congresso (CRS) é uma agência do poder legislativo dos Estados Unidos, vinculado à Biblioteca do Congresso, e trabalha elaborando análises políticas e jurídicas para comitês e membros da Câmara e do Senado. Em 2005, produziu o documento “Plano Colômbia: Um relatório de Progresso”, citado acima.

No dia 21 de maio de 1999, após do anúncio do governo de prorrogar indefinidamente a zona desmilitarizada, as Autodefesas sequestraram a senadora liberal Piedad Córdoba. No dia seguinte, Castaño leu uma carta aberta na cadeia de rádios Caracol, a maior da Colômbia, na qual admitiu a autoria do sequestro e reivindicou o reconhecimento das AUC como um dos três atores políticos do conflito colombiano, junto com as guerrilhas e o governo. Disse que sua organização é uma “expressão legítima da nação colombiana”, e que é “apenas óbvio e natural que deva existir um verdadeiro equilíbrio no desenvolvimento de uma negociação que leve à paz”. Por fim, exigiu exclusão imediata do ponto “luta contra as autodefesas” da agenda de negociação entre governo e guerrilha³³. Piedad Córdoba foi libertada duas semanas após o sequestro, no dia 4 de junho.

De acordo com a Polícia Nacional da Colômbia, entre 1998 e 2002, aconteceram 817 massacres no país, nos quais 4744 pessoas foram assassinadas. Talvez um dos casos mais emblemáticos seja o da região do Catatumbo, ao norte do país, na fronteira com a Venezuela, que, segundo o CMH “se converteu no cenário de uma cadeia de ações violentas como massacres, desapareções e deslocamentos forçados, realizados entre 1999 e 2000.” Juan Carlos Quintero é camponês da região e teve de fugir com a família quando os paramilitares avançaram. Ele conta que na época a quantidade de cadáveres de camponeses atirados ao rio Catatumbo fez com que tivessem que suspender a pesca na região por conta da contaminação dos peixes. “Houve um escândalo depois disso. Mas o que fizeram foi abrir as pessoas com motosserras e passaram a encher os estômagos de pedras para que não flutuassem e ficassem no fundo do rio”, relata

³³ Um dos pontos da agenda dos diálogos de paz entre o governo do presidente Andrés Pastrana e as FARC foi o compromisso estatal no combate ao paramilitarismo. O resultado das negociações desse ponto foi a criação do Centro de coordenação da luta contra os grupos de autodefesas ilegais, através do Decreto presidencial 324, de 25 de fevereiro de 2000. O novo centro, presidido pelo ministro da Defesa, era integrado por outros ministérios e pelos comandantes das forças de segurança pública.

Quintero que é um dos líderes da Associação Camponesa do Cata-tumbo (Ascamcat). “Instalaram fornos crematórios e queimavam as pessoas para não deixar evidências dos crimes. Um forno a 400 ou 500 graus de temperatura! Nós vivemos aqui a época de Hitler e dos nazistas nos campos de concentração. Jogavam futebol com a cabeça dos camponeses. Queimavam as casas. Muitos delitos de violação de mulheres...”, lamenta.

O ano de 2002 foi o de maior avanço territorial do conflito armado, que chegou a afetar 561 municípios, estima o CMH. Ao final do governo Pastrana, além de terem sido decisivos para o fracasso de paz, os paramilitares haviam se fortalecido enquanto atores políticos — apareciam constantemente para pronunciamentos públicos, gozavam de prestígio da opinião pública. De acordo com o informe “Basta Já!”, o resultado político dessa expansão se viu nas eleições de 2003, quando os paramilitares passaram a controlar 250 prefeituras e nove governos estaduais.

O fracasso das negociações entre as FARC e o governo de Pastrana criaram as condições para que Álvaro Uribe fosse eleito presidente, em 2002, com seu discurso de ofensiva militar contra as guerrilhas. Senador da república de 1986 a 1994 e governador do estado de Antioquia entre 1995 e 1997, Uribe ainda seria reeleito nas eleições de 2006, permanecendo no poder até 2010, quando conseguiria eleger seu candidato à sucessão, o ministro de Defesa Juan Manuel Santos.

Enquanto foi presidente, Uribe descartou qualquer possibilidade de diálogos com a insurgência armada. O ex-mandatário nega até hoje qualquer caráter político e ideológico às guerrilhas; as considera simples grupos de narcoterroristas que atacam o Estado colombiano. “Frente ao terrorismo só pode haver uma resposta: derrotá-lo. Aqueles que persistirem no uso dessa prática criminal suportarão todo o peso da lei”, declarou em carta aberta o presidente em junho de 2003, com menos de um ano de mandato. Sob essa premissa, seu governo desencadeou “a maior ofensiva política, militar e jurídica contra as

guerrilhas na história do conflito colombiano”, conforme aponta o informe “Basta Já!”, do Centro de Memória Histórica (CMH). A política de guerra interna fez com que o contingente das Forças Armadas passasse de 215 mil homens, em 1998, para 445 mil, em 2010. “Pensemos em um exército tão grande como o do Brasil: 450 mil homens. Mas com uma população quatro vezes menor, um território dez vezes menor”, compara o professor e cientista política Francisco Tolosa.

No mesma carta, Uribe afirmou que “cada vez que há um sequestro, afeta-se profundamente a confiança dos investidores, se dispersam os capitais e se perdem fontes de emprego”. Por isso, defendeu a chamada Política de Defesa e Segurança Democrática — carro-chefe de seu governo — para a “garantia do desenvolvimento e prosperidade econômica”. A estratégia da segurança democrática se concretizava também em ações jurídicas, políticas e de opinião contra os considerados obstáculos ao crescimento econômico e social do país.

A ofensiva militar, com apoio dos Estados Unidos através do Plano Colômbia, conseguiu dar golpes contundentes nas FARC, ao executar comandantes regionais e membros do comitê central da guerrilha, como Raúl Reyes e Iván Ríos, em março de 2008 — no mesmo mês, morreu o líder fundador Manuel Marulanda, mas este por causas naturais. Em 2010, as FARC ainda perderiam o comandante Mono Jojoy e, em novembro de 2011, o chefe máximo da organização, depois da morte de Marulanda, comandante Alfonso Cano.

Um informe do Ministério da Defesa, publicado em 2010, sobre a evolução do conflito armado, constatou uma diminuição do poder bélico das FARC. Segundo o documento, no começo dos anos 2000, a guerrilha tinha presença em 514 municípios e contava com 124 frentes; e em 2010 havia reduzido sua influência para 200 localidades, com 80 frentes. O governo também comemorou uma redução de 64% nas “ações terroristas”, que passaram de 2462, em 2002,

para 875, em 2009. Números como esses foram divulgados durante todo o governo de Uribe, o que gerou entusiasmo da população com a perspectiva de aniquilação total das guerrilhas. O auge da popularidade do ex-mandatário foi em 2008, quando 75% da população dizia acreditar na possibilidade real de uma aniquilação total das guerrilhas. Na mesma pesquisa, realizada pela consultoria internacional Gallup, seu governo chegou ao recorde de 85% de aprovação dos colombianos.

De fato, a ofensiva do exército obrigou as FARC a recuar suas tropas e reestruturar suas frentes guerrilheiras. De acordo com o informe “De Caguán a Havana”, da Corporação Novo Arco Íris (CNAI)³⁴, centro de pesquisas dedicado a analisar o conflito armado, a guerrilha passou a concentrar grande parte das tropas em suas zonas históricas de influência, no sul do país, e nas fronteiras com Equador e Venezuela. “As hostilidades na periferia aumentaram, ainda que os meios de comunicação não tenham divulgado muito os ataques e os enfrentamentos nos municípios remotos do país”, conclui o CNAI. O informe, lançado em março de 2013, constata que o número de ações bélicas foi se recuperando desde a ofensiva de Uribe. Em 2002, foram 2063 e, nos anos seguintes, até 2008, se mantiveram próximos de mil. Porém, em 2011, já no governo Santos, os ataques chegaram a 2148, ultrapassando a antiga marca. O que explica isso, segundo o CNAI, é que a guerrilha percebeu que estaria longe de tomar o poder em Bogotá e se concentrou em ataques descentralizados, com pequenos grupos, principalmente à infraestrutura energética e petroleira do país. As operações teriam o objetivo de

³⁴ Foi criada em 1994, como resultado do acordo de desmobilização pactuado entre o governo de Cesar Gaviria e a guerrilha Corrente de Renovação Socialista (CRS), uma dissidência do Exército de Libertação Nacional (ELN), que atuou na clandestinidade entre 1989 e 1993. A CNAI foi uma das estruturas criadas para promover a transição dos guerrilheiros à política legal. O acordo reincorporou a vida civil 865 guerrilheiros da CRS, dos quais apenas 164 foram judicializados e os demais reinsertados.

forçar o governo a firmar um acordo de paz por pressão das multinacionais, que exigem segurança de investimento.

As ofensivas militares do governo geraram resultados, mas, segundo o informe “Basta Já!”, as pressões e os incentivos por resultados à Força Pública tiveram consequências perversas, como a morte dos chamados “falsos positivos”, civis executados extrajudicialmente pelo exército e apresentados como guerrilheiros. Ou seja, em busca de gratificações, os militares aumentavam suas estatísticas à custa de assassinatos criminosos. O Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos informou, em janeiro de 2013, que a Procuradoria Geral da Colômbia acumulava 4716 denúncias de homicídios supostamente cometidos por membros das forças de segurança, muitos dos quais correspondem ao tipo de execuções conhecidas como falsos positivos. No entanto, a ONU classifica que, até o momento, a resposta da justiça aos falsos positivos havia sido inadequada. “Considerando a magnitude da crise dos falsos positivos, são muito poucos os responsáveis que foram retirados dos serviços ou processados”. De todas as investigações, só há processos ativos conhecidos em 30% delas; e, dos casos abertos, mais de 60% não ultrapassou a fase preliminar. Até janeiro de 2012, apenas 294 casos haviam ido a júri. “Dada a natureza destes delitos cometidos por agentes estatais, à medida que passa o tempo, é cada vez menor a capacidade de estabelecer a responsabilidade penal nestes casos e a impunidade se torna sistêmica”, alertou a ONU.

O líder camponês do Catatumbo Juan Carlos Quintero estima que, em sua região, houve cerca de 70 execuções extrajudiciais pelo exército nacional da Colômbia apresentadas como falsos positivos. “Essas execuções chegaram a tal ponto que o governo não foi capaz de ocultá-las e o próprio presidente Uribe teve que fazer uma purga interna dentro do exército”, ressalta Quintero. O informe “Basta Já!” aponta que 42 militares, incluindo oficiais de alta patente, foram destituídos, entre julho de 2006, quando o escândalo eclodiu, até

outubro de 2008, quando os casos haviam tomado repercussão internacional. Dos exonerados, 17 atuavam da região da Catatumbo.

O advogado Gustavo Gallardo, da Fundação Lazos, responsável pelo acompanhamento de direitos humanos do movimento Marcha Patriótica, relata que “essas investigações geraram um *boom* midiático internacional, mas, revisando processo por processo, vemos que foram tão lentos que, paulatinamente, os militares foram recuperando a liberdade por vencimento de termos e, ao fim, não houve judicializações”. Para o camponês Quintero, os crimes, além de serem utilizados para aumentar os resultados “positivos” do exército contra a guerrilha, tiveram motivações políticas. “O atual presidente Juan Manuel Santos tem responsabilidade, porque era Ministro da Defesa na época. Uribe tem grande responsabilidade, porque consideramos que foi uma política de Estado. Não pode ser que 4700 denúncias sejam casos isolados e casuais que aconteceram precisamente em regiões que são Zonas de Reserva Campesina ou onde estão começando esse processo”, denuncia o camponês.

Em declaração pública, em maio de 2013, o Procurador Geral da Nação, Eduardo Montealegre, acrescentou uma nova hipótese às investigações dos casos de falsos positivos. Para ele, podem não ter se tratado unicamente de uma resposta a incentivos ou pressões por resultados dentro da Força Pública, mas é possível que tenham sido parte de um plano para legalizar como vítimas do exército assassinatos cometidos por paramilitares.

Los paramilitares entregan las armas al Estado

Muito do que se sabe hoje sobre as atrocidades cometidas pelas Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) e seus vínculos com políticos e oficiais de alta patente do exército é resultado das confissões de paramilitares a partir da lei de Justiça e Paz, que entrou em vigência em 25 de julho de 2005, durante o governo Uribe.

Quando Álvaro Uribe chegou à presidência, em agosto de 2002, apostou em devolver ao Estado o monopólio das armas e recuperar o poder político de regiões que estavam sob total controle dos paramilitares. Para isso, iniciou negociações com as AUC e outros grupos menores. No início do ano seguinte, o presidente havia apresentado um projeto de flexibilização penal, resultado de conversas preliminares com os paramilitares. “O projeto de lei que o governo desenhou para que os paramilitares se desmobilizassem contemplava quase total impunidade para os responsáveis de crimes atrozes e não reconhecia os direitos das vítimas”, indica o informe “Basta Já!”. Segundo o CMH, a principal controvérsia gerada pela proposta inicial do presidente era por conta dos indícios de que se tratava de uma “auto-anistia encoberta”, que abriria meios legais para uma “legalização dos poderes instaurados nas regiões e dos recursos acumulados por vias violentas”. Com a reação da justiça e a pressão das vítimas, da comunidade internacional e dos defensores de Direitos Humanos, o governo se viu obrigado a reformular a proposta inicial.

Depois de idas e vindas no Congresso, a lei de Justiça e Paz foi aprovada somente em 22 de junho 2005. Ainda assim, pelo menos três pontos continuavam gerando polêmica: o reconhecimento político das AUC; as penas alternativas que variavam de cinco a oito anos, mesmo para crimes como massacres, sequestros e tortura; e a delação premiada, que poderia se resumir a depoimentos sem qualquer tipo de prova. Uma semana depois, a Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), fundada em 1922 e presente em mais cem países, emitiu um comunicado denunciando que a lei “viola o direito internacional e pretende fazer cair no esquecimento os crimes e as aquisições ilícitas dos grupos paramilitares”. Também considerou inadmissível que a redução de pena beneficiasse inclusive autores de graves violações de direitos humanos, pois não respeitaria o princípio de justiça, imprescindível para permitir a reconciliação.

Entre 2005 e 2006, entregaram as armas aproximadamente 35.000 paramilitares, em desmobilizações individuais ou de grupos

completos. O advogado Jhon Jairo Gutiérrez, do Comitê Permanente pela Defesa dos Direitos Humanos (CPDH), entretanto, questiona os números do governo. “Nos momentos de entrega de armas, os grupos paramilitares chegavam aos bairros, recrutavam os jovens, vestiam-nos com uniformes de um dia para outro, diziam que iam dar um salário, mas que tinham que ir lá fazer mímica e entregar um fuzil, uma pistola. Fizeram isso em todo o país, mas não se desmobilizaram realmente. E agora aparecem com outros nomes”, denuncia Gutiérrez.

Quando essas novas organizações começaram a se tornar conhecidas, depois da desmobilização das AUC, em 2006, o governo logo tratou de denominá-las como “bandos criminais emergentes”, sob a sigla de Bacrim, que não teriam qualquer conteúdo político ou contra-insurgente. “Agora estão com esse discurso das Bacrim, mas esses bandos nada mais são do que a terceira geração do paramilitarismo na Colômbia. É um paramilitarismo um pouco mais segregado, um pouco mais na cidade, porque nos campos já fizeram o que tinham que fazer e agora é o exército que está voltando”, afirma o defensor de Direitos Humanos Gustavo Gallardo, da fundação Lazos e da Marcha Patriótica.

Um informe do Instituto de Estudos e Desenvolvimento para a Paz (Indepaz), organização não-governamental fundada em 1984, afirma que esses novos grupos narcoparamilitares estão presentes em cerca de 400 municípios da Colômbia. Os dois maiores são “Los Rastrojos”, com presença em 236 cidades, e “Los Urabeños”, em 218. Segundo a Corporação Novo Arco Íris, a base econômica dos bandos criminais é sustentada pelo controle de todas as esferas do narcotráfico, porém a mineração ilegal e o domínio de terras despejadas também geram parte de suas receitas. Além disso, nos centros urbanos, os grupos disputam as redes de prostituição, de apostas e de moto-táxi.

Para o porta-voz da Marcha Patriótica Andrés Gil, o novo paramilitarismo ainda é “vigoroso, fundamentalmente ligado ao tráfico

de drogas, mas partes ainda estão entroncadas com as Forças Armadas, com a ultradireita”. Ele conta que os dirigentes da Marcha estão acostumados a lidar com ameaças. Uma das mais recentes foi no dia 10 setembro de 2013, quando “Los Rastrojos” enviou um e-mail ao setor de comunicação do movimento ameaçando de morte oito membros da direção nacional, entre eles, Andrés Gil e Piedad Córdoba. A ameaça se estendia também ao deputado Iván Cepeda, à senadora Gloria Inés Ramírez e a todos os congressistas do Polo Democrático Alternativo. O grupo paramilitar afirmou que a atitude foi tomada depois de uma “rigorosa análise de inteligência, acompanhada de infiltrações” e que “estão seguros e convencidos de que todas essas organizações apoiam e trabalham com as guerrilhas das FARC e ELN”. Ainda disseram que seus inimigos estão “difamando gente de bem e as boas e nobres intenções do alto governo do Dr. Juan Manuel Santos a favor da paz e prosperidade democrática, e detendo o progresso que geram as mudanças deste país”. Por fim, assinaram: “Já estamos na capital da república. Atentamente, Los Rastrojos”.

Gustavo Gallardo conta que só o fato de fazer a defesa de Direitos Humanos da Marcha Patriótica já lhe garante ameaças constantes. “Inclusive, na semana passada recebemos a grata notícia de uma funerária, que nos informou que todos nós da [Fundação] Lazos já tínhamos um terreno pago [para o enterro]. Isso ao menos nos relaxa um pouco”, ironiza em entrevista em meados de março de 2013. Gallardo reconhece que os grupos paramilitares já não são tão violentos como na época de Uribe. Porém, considera que “o paramilitarismo não cessou: simplesmente se transformou e está utilizando uma estratégia militar diferente, somada a uma estratégia política diferente”.

Um dos fundadores do bando “Los Urabeños” foi Daniel Rendón Herrera, o “Don Mario”, capturado em 2009, quando o governo havia oferecido uma recompensa de 2,5 milhões de dólares por sua cabeça. Don Mario, que foi chefe das AUC, não entrou no processo da lei de Justiça e Paz para fundar seu próprio grupo. A polícia esti-

ma que o narcoparamilitar tenha sido responsável por 3 mil assassinatos e pelo envio de 100 toneladas de cocaína, apenas nos 18 meses anteriores a sua prisão. Ele era um dos procurados listados na circular vermelha da Interpol e, de acordo com o Ministério Público, seu patrimônio era avaliado em 100 milhões de dólares e incluía 141 imóveis, oito sociedades e cinco veículos. Em setembro deste ano, ainda preso na Colômbia, concedeu uma entrevista ao portal *Opera Mundi*, na qual considerou que o processo de Justiça e Paz foi uma traição do presidente Uribe. “Para demonstrar que não tinha nada a ver conosco nos traiu e isso gerou muitos problemas, tanto que 4.000 dos nossos não se desmobilizaram e ficaram sem chefes porque foram extraditados. Chamam a estes grupos agora de Bacrim, mas são as mesmas autodefesas de antes com nomes diferentes. O próprio Vicente Castaño [chefe máximo das AUC] foi quem chamou os comandos médios para que voltassem a exercer o controle territorial”, declarou ao portal brasileiro.

Em junho de 2006, a Associação Regional de Vítimas do Magdalena Medio (Asorvimm) realizou uma assembleia, com cerca de mil vítimas da violência paramilitar na região, para avaliar o andamento da lei de Justiça e Paz. Foi redigido um documento no qual denunciaram que a lei de Justiça de Paz “deixa de fora a responsabilidade do Estado na origem e consolidação paramilitar, e por isso desconhece sua participação por ação ou omissão nos crimes cometidos”. Para as vítimas da Asorvimm, a desmobilização paramilitar teria sido uma estratégia de reeleição do presidente Uribe, já que as estruturas do paramilitarismo “permanecem intactas e se apresentam através de novas modalidades como empresas de vigilância privada, de guardas florestais, ou de fachada para receber capitais estrangeiros”.

O presidente da Comissão Nacional de Reparação, da lei de Justiça e Paz, Eduardo Pizarro, defendeu a iniciativa do governo, em agosto de 2007, durante debate promovido pela revista *Semana* na ocasião de dois anos da aprovação da lei no Congresso. “O que acon-

tece é que ainda não se aceita que estamos em um processo de justiça transitiva, que implica sacrifícios na verdade, justiça e reparação para conseguir um objetivo central, que é a paz ou a transição até a democracia”, explicou Pizarro.

Por sua vez, o narcoparamilitar Don Mario argumentou que a lei de Justiça e Paz não foi eficaz na reparação das vítimas. “Não temos apoio suficiente para dizer a verdade e para que nossos bens sirvam como reparação às vítimas”, reclamou em entrevista ao *Opera Mundi*. Ele ainda disse que já denunciou bens que valem 25 milhões de dólares, mas que, com a lentidão do processo, os “paras” tiveram tempo de usar testas-de-ferro para evitar que os bens terminassem no fundo de reparação de vítimas. “Eu sou o único do bloco que denunciou bens. Por isso me deixam isolado dia e noite em um cubículo”, queixou-se o ex-líder dos Urabeños ao *Opera Mundi*.

Durante a fase de depoimentos, de acordo com CMH, os paramilitares tentaram uma nova estratégia de legitimação perante a sociedade e o Estado. Deixaram de se apresentar como heróis que salvaram o país da guerrilha e passaram a se mostrar como delinquentes arrependidos e dispostos a colaborar com a justiça. “Com este giro queriam obter um trato mais benigno, e figurar na opinião pública como atores secundários de um projeto político, econômico e social no qual participaram políticos, empresários e militares aos quais estavam dispostos a incriminar”, aponta o “Basta Já!”.

Para o advogado Gutierrez, do Comitê de Defesa Permanente pelos Direitos Humanos (CPDH), o fato de os paramilitares terem se considerado traídos com o processo de justiça e paz foi determinante para o tom das confissões. “Foram traídos e começaram a confessar, e é aí que Mancuso, um dos maiores líderes, revela o envolvimento de congressistas com paramilitares, por exemplo”, analisa o advogado. Don Mario explica que Uribe não cumpriu com as promessas que havia feito nas negociações anteriores à aprovação da lei. “Durante as negociações tinham nos prometido colônias agrícolas em troca das prisões, cumprir as penas na Colômbia e muitíssimas outras coisas,

mas no dia seguinte à desmobilização do último bloco das AUC, o Élmer Cárdenas, sob o comando do meu irmão, com o qual eu me desmobilizei, nos levaram todos presos, todos os comandantes, e podem ver como estamos agora”, contou ao *Opera Mundi* o ex-chefe dos Urabeños.

Para a Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH), os crimes de lesa-humanidade deveriam ser julgados pela Corte Penal Internacional (CPI), com sede em Haia, na Holanda, criada em 2002 como primeiro tribunal internacional penal permanente³⁵. A Colômbia, assim como todos seus vizinhos da América do Sul, é uns dos 120 países signatários do Estatuto de Roma, de 1998, que estabeleceu a CPI. Por isso, a interpretação da FIDH é de que, os crimes de lesa-humanidade não poderiam receber as penas alternativas da lei de Justiça e Paz — pelo contrário, seriam de responsabilidade da CPI.

O advogado Gutiérrez considera que a pressão para que os crimes fossem levados para Haia fez com que, em 13 de maio de 2008, o governo extraditasse 14 chefes paramilitares aos Estados Unidos. “Eles viram a pressão que os organismos de direitos humanos estavam fazendo para que os paramilitares fossem julgados na CPI e os levaram para os EUA, onde foram julgados por narcotráfico, e não por paramilitarismo e nem por violação de direitos humanos”, diz o defensor de Direitos Humanos do CPDH. Na época, outros dois fatores pesaram para justificar as extradições: os chefes paramilitares desmobilizados continuavam comandando crimes de dentro das prisões; e os combatentes mais rasos estavam sendo exterminados. Para ele, porém, a extradição teria servido mais para ocultar a história das AUC do que para salvar os “paras”. “Negociaram com eles, depois fizeram que se desarmassem, e depois os assassinaram. Até agora já são cerca de 2500 paramilitares assassinados,

³⁵ Não se deve confundir a CPI com o Tribunal Internacional de Justiça, fundado em 1946 também em Haia. Compete à Corte julgar indivíduos e não Estados (tarefa do Tribunal). São julgados na CPI apenas os crimes mais graves: genocídios, crimes de guerra e crimes de lesa-humanidade.

dos que firmaram acordo com o governo. Mas imagino que era para silenciá-los, para que não voltassem a dizer nada sobre os crimes que cometeram. Só extraditaram os cabeças para os Estados Unidos”, alega o advogado.

As críticas às extradições vinham também dos próprios de paramilitares. “Aqui tiveram prioridade não os interesses das vítimas, não que a verdade fosse dita. Como vamos poder devolver, dos EUA, os restos das vítimas nas fossas comuns?”, disse Don Mario, ao *Opera Mundi*. Em 2010, a Corte Suprema negou um pedido da justiça estadunidense para extraditar o contraventor, alegando que fazê-lo “vulneraria as obrigações internacionais do Estado dirigidas à luta contra a impunidade dos delitos de lesa-humanidade e resultariam gravemente afetados os direitos das vítimas, que ficariam sem possibilidades de conhecer a verdade e obter reparação pelos crimes”. Além disso, a corte considerou que Don Mario estava colaborando com as investigações relatando seus crimes com fidelidade e entregando seus bens para a reparação as vítimas.

Depois de oito anos de funcionamento, Justiça e Paz produziu somente quatorze sentenças, de 4400 inquéritos. Apesar disso, o informe “Basta Já!” defende que são “inegáveis os avanços do sistema em matéria de contribuições à verdade”. Até dezembro de 2012, foram 39546 fatos confessados; 12869 casos levados à justiça ordinária, dos quais 1124 foram à Corte Suprema de Justiça para o julgamento de políticos relacionados com o paramilitarismo; e 3929 covas exumadas, com 4809 corpos encontrados e 1813 entregues às famílias. “Esta cifras permitem ter uma ideia da gigantesca tarefa que falta. Quatorze sentenças são muito pouco para quase 40 mil fatos delitivos confessados”, julga o CMH.

Em setembro de 2013, o ex-presidente Uribe também foi denunciado pelas investigações da Justiça e Paz. O magistrado do Tribunal de Justiça e Paz de Medellín, Rubén Pinilla, pediu a abertura de um inquérito contra Uribe na Comissão de Acusação da Câmara, único órgão que pode investigar os presidentes e ex-presidentes na

Colômbia. O juiz pediu “investigar o ex-presidente Álvaro Uribe por sua participação na promoção, organização e apoio a grupos paramilitares e as Convivir, ligadas diretamente a eles, por ação e omissão, e reunir-se com eles, não só como governador de Antioquia, mas também depois e como presidente”. Em resposta, o ex-mandatário divulgou uma carta na qual afirmou que seu governo combateu as estruturas paramilitares, as submeteu à justiça e à reparação de vítimas, tendo, inclusive, levado a muitos dos seus integrantes ao cárcere e extraditado comandantes. “Nosso lema foi um: enfrentar a todos os grupos terroristas por igual. Nunca adotamos a opção facilista de aliar ao Estado com um setor criminal para acelerar a derrota do outro”, contestou o ex-mandatário.

Perguntado pelo *Opera Mundi* sobre a real relação de Uribe com o narcoparamilitarismo, Don Mario afirmou não ser segredo para ninguém que os paramilitares receberam ordens para apoiar a campanha eleitoral do ex-presidente por conta da saída política prometida por ele a esses grupos. “Agora, quando falamos dessas relações, dizem que somos maus e mentirosos. Todos estiveram vinculados no combate contra as insurgências: os empresários na parte econômica; o exército nos protegendo e os políticos que nós elegíamos”, enfatizou o ex-líder dos Urabeños.

O ex-presidente responde atualmente a outro processo na Comissão de Acusações da Câmara por envolvimento com grupos paramilitares, movido pelo deputado Iván Cepeda. “Uribe é um homem que encarnou um projeto supremamente conservador, que busca o prolongamento da guerra para a usurpação de riquezas e de territórios camponeses”, enfatiza Cepeda, que conseguiu em janeiro de 2013 a reabertura do processo, arquivado desde 2010. O parlamentar agregou às evidências o depoimento do ex-paramilitar Juan Guillermo Monsalve, que trabalhou em uma das fazendas de Uribe, colhido pessoalmente na prisão onde está detido. Monsalve denunciou a colaboração do ex-presidente com os paramilitares em Antioquia, enquanto era governador daquele estado. “No meu trabalho de investi-

gação, encontrei testemunhas que fazem umas afirmações muito graves. Um deles é filho do administrador de uma das suas fazendas, que hoje está na prisão por ser paramilitar. Ele não foi paramilitar depois de trabalhar na sua fazenda, ele foi paramilitar sendo trabalhador de Uribe”, expõe o deputado.

Mais recentemente, em outubro de 2013, Cepeda protocolou uma nova denúncia contra o ex-mandatário. Desta vez, Uribe foi acusado de usar cerca de 3 milhões de dólares do orçamento público para financiar um sistema de irrigação que beneficiou suas próprias propriedades no município de Montería, na costa caribenha, considerado a capital pecuarista da Colômbia. Na mesma investigação, o parlamentar constatou que Lina Moreno, a esposa do ex-mandatário adquiriu, através de sua empresa, quatro fazendas que haviam sido terrenos baldios concedidos a camponeses pobres de Montería. Ao *Opera Mundi*, o narcoparamilitar desmobilizado Don Mario cogitou a possibilidade de envolvimento de Uribe com paramilitares naquela região. “Por Deus, não tenho provas, mas sim posso dizer que ele foi simpatizante porque todos os seus bens e propriedades estão em Montería, em Córdoba, que é o berço das AUC, e em contrapartida ele não tem nada no território das FARC”, assinalou ao *Opera Mundi*.

Cepeda ressalta, ainda, que o ex-presidente e sua família são grandes proprietários de terra e que a trajetória de Uribe como político e empresário está “entrelaçada com um ambiente no qual há muitas pessoas que comprovadamente são paramilitares ou narcotraficantes, inclusive, dentro da sua própria família”. “É por isso que me corresponde enfrentar politicamente e judicialmente esse projeto criminoso que ele encarna”, reafirma o parlamentar.

Se destaca el escándalo de la parapolítica

Ainda antes das eleições 2006, quando Álvaro Uribe se reelegeria para outros quatro anos de mandato, o debate sobre denúncias do envolvimento de políticos com paramilitares pegava fogo. No ano anterior, Vicente Castaño, irmão de Carlos Castaño e seu sucessor à frente das AUC, disse em uma entrevista à revista *Semana* que “os grupos paramilitares tinham mais de 35% de amigos no Congresso”. A afirmação de Castaño motivou novas acusações, tanto vindo das confissões de paramilitares desmobilizados no processo de Justiça e Paz, quanto de líderes políticos, como o então senador e ex-guerrilheiro do M-19 Gustavo Petro, atual prefeito de Bogotá. Às vésperas do pleito, os partidos corriam para expulsar de suas listas os supostos parapolíticos.

Foi a apreensão do computador do chefe paramilitar Rodrigo Tovar Pupo que revelou a dimensão do que ficou conhecido como parapolítica. Chamado de Jorge 40, o chefe paramilitar dividia com Salvatore Mancuso o comando do Bloco Norte das AUC. Seu computador mostrou que os tentáculos da parapolítica permeavam, além do congresso nacional, prefeituras, governos regionais, câmaras municipais e instituições públicas, como a força policial, escolas e hospitais. Uma das práticas descobertas era a cobrança de 10% do valor de todos os contratos firmados por prefeituras, governos e empresas de serviço público das áreas de influência do Bloco Norte. As informações do computador de Jorge 40 foram o ponto de partida para as investigações da Corte Suprema de Justiça e do Ministério Público que, até dezembro de 2012, havia pedido a investigação de 1124 políticos, 1023 membros das Forças Armadas, 393 servidores públicos e 10329 pessoas, entre desmobilizados, empresários locais associados e colaboradores dos paramilitares.

O fenômeno da parapolítica não foi apenas numeroso, alcançou os níveis mais altos do poder nacional e permeou o governo de Álvaro Uribe. Sete dos dez presidentes do senado entre 2002 e 2012

foram ou estão sendo processados pela Corte Suprema por parapolítica. Uma investigação da cientista política Claudia López, publicada no livro “E refundaram a pátria — de como os mafiosos e políticos refundaram o Estado colombiano”, concluiu que, entre 2002 e 2010, oito a cada dez dos congressistas investigados por parapolítica pertenciam aos partidos da coligação de Uribe. López ficou famosa quando publicou na revista *Semana*, em 2006, uma investigação que constatava que, nas eleições de 2002, 34% dos congressistas teriam sido eleitos com apoio do “narcoparamilitarismo”, somando mais de 2 milhões de votos — denúncias que também contribuíram para o início das investigações, em 2006. A cientista política era colunista do jornal *El Tiempo* até 2009, quando foi demitida após criticar a omissão do jornal na cobertura do escândalo de corrupção envolvendo um programa de subsídios agrários do governo Uribe.

Apesar de casos anteriores de influência narcoparamilitar na política, como a eleição de Pablo Escobar em 1982, ou mesmo a infiltração dos grandes carteis de droga nas eleições do começo de 1990, a magnitude do escândalo da parapolítica superaria todos os predecessores. “A parapolítica pode ser entendida como o fenômeno sistemático de alianças entre políticos, grupos armados ilegais e narcotraficantes mais vergonhoso e de maiores proporções na história do país”, ressalta o informe “Basta Já!”. Segundo López, quando o cartel de Cali se infiltrou nas eleições de 1994, seus candidatos somados conseguiram apenas 8% da votação para o senado — os investigados por narcoparamilitarismo representaram 25% dos votos para o mesmo órgão, em 2006.

Em dezembro de 2004, o Congresso aprovou um pacote de reforma constitucional, no qual criou a possibilidade de reeleição presidencial imediata. Beneficiado pela nova norma, no ano seguinte, Uribe se elegeu para um novo mandato, com 62,3% dos cerca de 12 milhões de votos daquele pleito. O contexto de crescimento dos indicadores econômicos foi preponderante para o respaldo popular ao presidente nos dois mandatos — Uribe chegou a ter o índice de aprovação de

85%, em junho de 2008. O projeto de governo baseado na chamada Segurança Democrática criou as condições necessárias para o fortalecimento de um setor multinacional exportador. Com risco menor de sabotagem guerrilheira, surgiram novos projetos agroindustriais e mineiro-energéticos competitivos. “Mas atrás desse crescimento os fatores estruturais que alimentaram o conflito armado tenderam a se aprofundar, mais que a se reverter. A Colômbia se converteu em um dos países mais desiguais do mundo e o abismo entre o país urbano e o rural, em termos de desenvolvimento e pobreza, se acentuou”, ressalva o CMH.

Sale Uribe, entra su ministro de Defensa

Ao final de oito anos de mandato, em 2010, Álvaro Uribe não estava disposto a deixar a presidência. Chegou a propor um plebiscito para que a população decidisse se o mandatário poderia concorrer a um terceiro mandato consecutivo. A proposta, porém, foi barrada pela Corte Constitucional. O escolhido para ser seu sucessor, então, foi seu o ministro de Defesa, entre 2006 e 2009, Juan Manuel Santos que se elegeu prometendo seguir o legado de Uribe. No entanto, ainda nos primeiros meses de mandato, Santos começou a dar sinais de que seu governo não seguiria à risca as políticas do anterior.

Alguns dos primeiros atos de Santos foram reatar as relações internacionais com os vizinhos Venezuela e Equador, que haviam sido rompidas durante o governo Uribe, além de aproximar-se diplomaticamente de Cuba. Entretanto, o afastamento definitivo entre o Santos e Uribe aconteceu quando o atual presidente decidiu apostar, pela quarta vez na história do país, em negociar a paz com a insurgência armada. Os diálogos de paz com as FARC, iniciados em outubro de 2012, com sede em Cuba, e nos quais a Venezuela aparece como país garantidor, se tornaram a maior aposta política do presidente. “Santos quer a paz, mas não por ser um humanista. A guerra colombiana é um grande obstáculo para modernizar o país. E não é

tão difícil de resolver, pois é uma guerra em que se fala de reformas que, além de tudo, o país necessita”, argumenta a jornalista Marta Ruiz, da revista *Semana*, de maior tiragem da Colômbia.

O porta-voz da Marcha Patriótica Andrés Gil acredita que a opção pela saída política ao invés da manutenção da estratégia militar foi uma necessidade, e não uma diferença real entre Uribe e Santos. “A abertura dos diálogos tem a ver com o esforço fracassado da elite para aniquilar a insurgência, a pressão gerada crise mundial do capitalismo e obviamente a luta popular que cresce a cada dia”, analisa o líder camponês. Outro porta-voz da Marcha Patriótica, Carlos Lozano, do Partido Comunista, acredita que a diferença está nos setores da oligarquia que cada um dos políticos representa. “Santos vem de uma oligarquia tradicional, ligada fundamentalmente à indústria e ao sistema financeiro”, enquanto que Uribe está ligado a uma “oligarquia mafiosa, paramilitar e narcotraficante”. “Claro, em matéria de paz, Santos avançou muito mais que Uribe, que queria resolver pela guerra. Mas eles, no fundo, querem a mesma política. Em geral, todo o bloco hegemônico dos partidos que compõe o governo Santos, assim como o movimento que está ao redor de Uribe, todos esses são neoliberais”, acusa. O dirigente comunista ainda adverte que, caso se sintam ameaçados, “o senhor Santos e o senhor Uribe vão se unir para defender o interesse dos poderosos, como liberais e conservadores sempre fizeram neste país”.

Para o cientista político Francisco Tolosa, professor da Universidade Nacional, quatro fatores explicam a opção de Santos por dialogar com as guerrilhas: a mudança no cenário latino-americano, que se voltou para a esquerda; a necessidade de garantir segurança para a retomada de investimentos transnacionais na agricultura e no extrativismo; um estado atolado nas contas de uma guerra que não consegue vencer contra a insurgência armada; e o avanço das mobilizações de setores populares que lutam terra e pela paz com justiça social.

O gradual afastamento entre Santos e Uribe transformou o ex-presidente no maior opositor à mesa de diálogos de Havana. Uribe acusou o atual presidente de ter abandonado a plataforma política pela qual foi eleito e criou um novo partido para disputar as eleições de 2014. No lançamento do Uribe Centro Democrático, em outubro de 2013, o ex-presidente confirmou sua candidatura ao senado e disse que Santos não pode apresentar “acordos de submissão ao terrorismo como a grande conquista da paz e roubar a aprovação popular”. Apontou ainda que a Colômbia precisa de um presidente que, “em vez de desorientar as Forças Armadas e compará-las com o terrorismo, as aprecie e as dirija”.

O ex-presidente Uribe e seus seguidores, porém, estão isolados no ataque à mesa de diálogos de Havana. Prova disso foi a Marcha pela Paz com Justiça Social, que levou um milhão de pessoas às ruas de Bogotá em 9 de abril de 2013. Com o lema “Somos mais! Agora sim, a paz”, a mobilização reuniu setores da esquerda como Marcha Patriótica e Congreso de los Pueblos, além de personalidades como o deputado Iván Cepeda e o prefeito de Bogotá Gustavo Petro, do movimento Progressistas. Junto a eles, também marcharam apoiadores do presidente Santos, que decidiu participar da marcha em cima da hora. “Hoje todos os colombianos, não importa como pensem, estamos unidos pela paz”, declarou o mandatário em discurso no mesmo dia.

A jornalista Marta Ruiz, da revista *Semana*, considera que a vinculação do presidente à marcha foi importante para retirar o estigma de ser uma mobilização só da esquerda e passar a se caracterizar como uma marcha de apoio ao processo de paz. “Há um ano, quando surgiu a Marcha Patriótica, um cenário como esse era impensável. Santos os acusava de serem terroristas, um braço das FARC e agora está marchando junto com eles”, relembra a jornalista.

La izquierda se une por la paz

Ao lado da Marcha Patriótica, o movimento Congreso de los Pueblos, que também reúne centenas de organizações camponesas, indígenas e estudantis, representa a aposta da esquerda na unidade e nos esforços para o fim do conflito armado. Um dos porta-vozes, o estudante Boris Duarte, acredita que aquele 9 de abril marcou um ponto de ruptura no país. Além de ter sido um espaço de unidade, Duarte considera que a mobilização “disse aos inimigos do povo colombiano e aos beneficiários da guerra que estamos cansados disso, que o que queremos é resolver de uma vez por todas o conflito armado”.

Os meses que se seguiram foram de alta dos movimentos sociais, especialmente no setor rural, liderados por camponeses e indígenas. Entre agosto e setembro, foram cerca de vinte e cinco dias de greve nacional agrária, com bloqueios de estradas e manifestações de apoio nas principais cidades. A greve deixou 12 mortos, cerca de 500 feridos e outras centenas de presos³⁶. As principais reivindicações eram a renegociação dos tratados de livre-comércio e mais investimentos públicos para a economia camponesa.

Um dos detidos durante a greve nacional agrária foi Huber Ballesteros, vice-presidente da Federação Nacional Sindical Unitária Agropecuária (Fensuagro) e membro da direção nacional da Marcha Patriótica. Ballesteros, que era um dos porta-vozes dos camponeses durante a greve, foi detido em 25 de agosto por ordem da Procuradoria Geral, que o acusa de rebelião e financiamento de grupos terroristas. Para a Marcha Patriótica, o propósito da detenção foi tentar atingir a greve agrária, que, na ocasião, estava no auge das mobilizações. “É mais um gesto que demonstra o caráter antidemocrático do regime político colombiano, que prefere desconhecer as reivindicações de milhões de colombianos para favorecer um punhado muito redu-

³⁶ O Movimento de Vítimas de Crimes de Estado (Movice) contabilizou 837 detenções de camponeses durante a greve.

zido de empresários locais e, sobretudo, um grande número de empresas multinacionais”, afirmou a Marcha Patriótica, em comunicado oficial, no dia seguinte. Para o movimento, a detenção de Ballesteros, somada ao comportamento da força pública durante a greve, demonstra que na “Colômbia não existem reais garantias políticas para quem tem não somente reivindicações justas, mas também projetos de país e de sociedade distintos”.

O advogado Gustavo Gallardo foi um dos responsáveis por uma investigação chamada “Traspasa los Muros”, que fez um levantamento dos presos políticos na Colômbia, classificando-os em três categorias: vítimas de montagens judiciais, prisioneiros de consciência e prisioneiros de guerra. As montagens judiciais normalmente atingem pessoas que vivem em zonas de conflito e que se destacam como lideranças de organizações locais, como associações de camponeses ou juntas comunais. “São vítimas da estratégia politicomilitar do Estado para tirar a água do peixe, ou seja, o apoio popular à guerrilha”, explica o advogado. Os prisioneiros de consciência costumam ter maior projeção como lideranças políticas e são encarcerados como forma de frear seu trabalho político. Huber Ballesteros é o exemplo mais recente.

Outro caso parecido envolve o cantor Carlos Lugo e os estudantes Jorge Eliécer Gaitán e Omar Marín, membros da Federação de Estudantes Universitários (FEU). Eles estão detidos desde outubro de 2011, época em que o movimento estudantil travava a batalha pela derrubada da reforma educacional do governo Santos; ambos foram acusados de envolvimento com as FARC. Os três prisioneiros ainda não passaram da fase de chamadas audiências preparatórias, que vêm sendo adiadas uma a uma. Na última, em 21 de outubro, a promotora pediu novamente prorrogação do prazo, alegando falta de tempo para sustentar algumas das provas, mesmo com os 15 meses que teve para apresentar as acusações. Os termos do processo já estão vencidos, mas a justiça não aceita os pedidos de liberdade.

A terceira categoria abrange os prisioneiros de guerra, guerrilheiros capturados durante confrontos. Somando as três classificações, o “Transpasa los muros” estimou que na Colômbia existam aproximadamente 9500 presos políticos, de um total de 140 mil detentos do sistema carcerário. Gallardo ainda lembra das dificuldades em obter as permissões para entrar nas cadeias e realizar a investigação. Segundo ele, a resistência do Estado é justificada nas afirmações de que “nas prisões colombianas havia delinquentes, havia terroristas, havia criminosos de lesa-humanidade, mas não havia presos políticos”.

Entre os países latino-americanos, a Colômbia foi o primeiro a registrar uma eleição democrática, em 1810, para prefeitura de Santa Fé, atual Bogotá. Também registra eleições diretas ininterruptas desde 1830, com exceção de um período de cinco anos de regime militar, entre 1953 e 1958, o que faz da democracia colombiana a mais antiga da América Latina. O defensor de Direitos Humanos Jhon Jairo Gutierrez, no entanto, considera que o que sempre existiu no país foi um monopólio do poder sob o sofisma da democracia. “Simula-se uma democracia que é mostrada para o estrangeiro e os colombianos vivemos em guerra. Não há liberdade de expressão, liberdade de pensamento. Os movimentos de oposição que apareceram foram exterminados”, argumenta o advogado.

O deputado federal e líder indígena da etnia Emberá Chamí Hernando Hernandez, considera que os diálogos de paz têm o desafio de proporcionar o acesso à terra e avançar em justiça social, mas também de gerar possibilidades democráticas de participação política das pessoas historicamente excluídas da política. “Aqui temos uma hegemonia bipartidária de 200 anos atrás, que ainda se aprofundou nos últimos 50. Nela, os mais conservadores do país, representados pela ultradireita, e os ‘democráticos’, da burguesia tradicional, têm todo o controle sobre o poder político, econômico e social do país”, critica o deputado, que também integra a Marcha Patriótica.

No mesmo comunicado, do dia 26 de agosto, em que denunciou a montagem judicial que levou à detenção de Ballesteros, a Marcha Patriótica questiona sua própria possibilidade de fazer política: “Depois de quase dois anos de nosso nascimento, como movimento político e social, nos quais sofremos uma violenta estigmatização, uma numerosa detenção de nossos dirigentes, o assassinato de 12 de nossos líderes e, agora, a detenção de nosso companheiro Huber Ballesteros, queremos perguntar ao presidente Juan Manuel Santos se existem reais garantias políticas em nosso país e se existe real democracia na Colômbia”.

Aos 26 anos, David Florez, um dos fundadores da FEU enquanto estudava na Universidade Nacional (UN), de Bogotá, é hoje um dos quatro porta-vozes da Marcha Patriótica e representa a geração mais jovem do movimento. “Nós, os mais jovens, não vivemos a União Patriótica, mas somos herdeiros dessa experiência. Sabemos que aqui mataram muita gente e por isso temos como referência constante a UP”, expõe Florez. Apesar da pouca idade, ele, como é praxe entre os líderes de esquerda na Colômbia, teve de se adaptar à possibilidade de perder companheiros a qualquer momento. “É quase como se houvesse um naturalização da morte. Muitas vezes, nas nossas festas, ao final terminamos chorando, quase que pela certeza de que é muito provável que matem alguns de nós. Mas também há uma claridade sobre esse tema, de que há uma cota que devemos considerar, digamos assim. E todo mundo tem isso claro”, confessa. É o exemplo da UP que faz Florez acreditar que o resultado dos diálogos de Havana vai decidir o futuro da Marcha Patriótica. “Sabemos que na medida em que a Marcha Patriótica e o Congresso de los Pueblos cresçam e se fortaleçam como uma opção de poder, e que os diálogos de Havana avancem ou fracassem, isso pode ‘virar merda’. Assim, dito muito coloquialmente, mas para dizer a verdade, a ultradireita vai fazer o que sempre fez nesse país: matar as pessoas”, sentença o porta-voz.

Assim como Florez, o porta-voz do Congreso de los Pueblos Boris Duarte, de 30 anos, faz parte da geração que pode ficar marcada na história pelo fim da guerra interna e começo de um novo período na democracia colombiana. “Queremos resolver as diferenças pela via política. Não nos interessa acabar com os conflitos. São naturais em qualquer sociedade. O problema é que aqui têm sido resolvidos pela via da violência. Por isso, apoiamos os diálogos de Havana e esperamos que avancem. A busca pela paz da Colômbia nos mostrou pontos em comum e, sobretudo, a necessidade de trabalharmos juntos”, acredita Duarte.